



RELATÓRIO FINAL 2025

CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA
MELHORIA DA GENÉTICA NA
CRIAÇÃO DE ZEBUÍNOS

● UNIÃO ● CIÊNCIA ● TECNOLOGIA ● RESULTADOS



RELATÓRIO

CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA MELHORIA DA GENÉTICA NA CRIAÇÃO DE ZEBUÍNOS



2025



| ALMT | Assembleia Legislativa

20ª Legislatura

Beto Dois a Um (Alberto Machado)

Carlos Avallone (Carlos Avallone Junior)

Cláudio Ferreira (Claudio Ferreira de Souza)

Diego Guimarães (Diego Arruda Vaz Guimaraes)

Dilmar Dal Bosco (Dilmar Dal Bosco)

Dr. Eugênio (José Eugênio de Paiva)

Dr. João (João Jose de Matos)

Eduardo Botelho (Jose Eduardo Botelho)

Elizeu Nascimento (Elizeu Francisco do Nascimento)

Fabio Tardin - Fabinho (Fabio Jose Tardin)

Faissal (Faissal Jorge Calil Filho)

Gilberto Cattani (Gilberto Moacir Cattani)

Gilberto Figueiredo (Gilberto Gomes de Figueiredo)

Janaina Riva (Janaina Greyce Riva Fagundes)

Juca do Guaraná (Lídio Barbosa)

Júlio Campos (Júlio José de Campos)

Lúdio Cabral (Ludio Frank Mendes Cabral)

Max Russi (Max Joel Russi)

Nininho (Ondanir Bortolini)

Paulo Araújo (Paulo Roberto Araujo)

Sebastião Rezende (Sebastião Machado Rezende)

Thiago Silva (Thiago Alexandre Rodrigues da Silva)

Valdir Barranco (Valdir Mendes Barranco)

Valmir Moretto (Valmir Luiz Moretto)

Wilson Santos (Wilson Pereira dos Santos)



MESA DIRETORA 2025

Presidente - Max Russi

1º Vice Presidente - Júlio Campos

2º Vice Presidente - Gilberto Cattani

3º Vice Presidente - Wilson Santos

1º Secretário - Dr. João

2º Secretário - Paulo Araújo

3º Secretário - Diego Guimarães

4º Secretário - Elizeu Nascimento

5º Secretário - Fábio Tardin – Fabinho

6º Secretário - Juca do Guaraná



| ALMT | Assembleia Legislativa

SECRETARIA PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA

Eduardo Moreira Lustosa

SECRETÁRIO

NÚCLEO DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Gonçalo Aparecido de Barros

CONSULTOR

TÉCNICOS

Elisabeth Zarpellon Fraga

Evanira Carmen do Prado Silva

Eva Miquelina de Campos

Luis Celso Volpato Vieira

Luiz Carlos de Conceição Corrêa D'Almeida



| ALMT | Assembleia Legislativa

CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA

Melhoria da Genética na Criação de Zebuínos

Presidente: JOSÉ ESTEVES DE LACERDA FILHO

Relator: ALEXANDRE EL HAGE - Presidente da Nelore MT

Secretária: JOCIANI GONÇALVES DE OLIVEIRA - Servidora

Membros:

- Marcos Carvalho - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso**
- Francisco Manzi - Associação dos Criadores de Mato Grosso**
- Juliano Latorraca Ponce - Fundo Emergencial de Saúde Animal**
- Celso Nogueira - Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá**
- Rayane Lage Cordeiro - Associação Brasileira de Criadores de Zebuínos**
- Carlos Bolzan - Fórum Agro MT**
- Professor Doutor Leôncio Pinheiro da Silva Filho - UFMT**
- Salvador Santos Pinto - Servidor**
- Olímpio Riso de Brito - Associação Brasileira de Criadores de Zebuínos**
- Xisto Bueno - Fórum Agro MT**
- Ida Beatriz Machado - Associação dos Criadores de Mato Grosso**

Requerimento nº 96/2025 do Deputado Dr. João

Aprovada em votação única na Sessão Ordinária de 06/03/2025 por meio do ATO Nº 006/2025/SSL/ALMT

Protocolo nº 1554/2025 - Processo nº 543/2025



| ALMT | Assembleia Legislativa

A Câmara Setorial Temática (CST) é o mecanismo de aperfeiçoamento do Processo Legislativo. É a integração entre agentes públicos representantes dos Poderes Executivos, Legislativos, Judiciários, sociedade civil e Ong's, com o objetivo de diagnosticar, estudar e debater temas de relevante interesse para o Estado e discutir matérias em tramitação, visando o seu aperfeiçoamento na legitimação do Processo Legislativo com a participação popular. As CSTs foram instituídas no dia 11 de julho de 2005, por meio da Lei nº 8.352 e atualmente são regidas pela Lei nº 10.825 de 5 de fevereiro de 2019. De caráter consultivo e recomendatório, essas comissões são regidas pelas normas gerais estabelecidas naquela lei, sendo compostas pelo presidente (indicado pelo parlamentar solicitante), relator, secretário e membros titulares (representantes da sociedade civil organizada).

À Câmara Setorial Temática caberá:

- I. Discutir o tema que motivou a sua composição;
- II. Realizar reuniões públicas com entidades da sociedade civil;
- III. Solicitar informações de entidades públicas ou privadas, que entender necessárias para subsidiar os seus trabalhos;
- IV. Solicitar cooperação técnica de qualquer autoridade, cidadão e entidades públicas ou privadas.



| ALMT | Assembleia Legislativa



<https://acrimat.org.br/portal/capacidade-brasileira-na-area-de-reproducao-animal-e-muito-reconhecida-no-exterior-afirma-especialista/>



<https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/especial-publicitario/fazu/agro-na-pratica/noticia/2021/02/11/melhoramento-genetico-de-gado-de-corte-e-uma-das-tendencias-do-mercado.ghtml>

CÂMARA SETORIAL TEMÁTICA
MELHORIA DA GENÉTICA NA CRIAÇÃO DE
ZEBUÍÑOS NO ESTADO DE MATO GROSSO





| ALMT | Assembleia Legislativa



Ao instalar oficialmente esta Câmara Setorial Temática, reafirmamos o compromisso da Assembleia Legislativa com o fortalecimento da pecuária de Mato Grosso. A melhoria da genética dos nossos rebanhos zebuínos não é apenas uma pauta técnica; é uma política pública estratégica para a economia do Estado, para a sustentabilidade produtiva e para o futuro da nossa pecuária. A Assembleia estará ao lado de vocês para transformar esse debate em resultados concretos para todos os produtores de Mato Grosso.

Deputado Estadual Doutor João

20ª Legislatura ALMT



| ALMT | Assembleia Legislativa



Nosso objetivo é construir políticas públicas que fortaleçam o setor pecuário com base em ciência, inovação e sustentabilidade. A melhoria genética do rebanho nelore é decisiva para a competitividade de Mato Grosso, e vamos trabalhar de forma integrada com a Assembleia, com as entidades e com os produtores para garantir que esse debate se traduza em ações práticas e resultados concretos”

Dr. José Esteves de Lacerda Filho
Presidente da CST/Genética Nelore



| ALMT | Assembleia Legislativa



A pecuária zebuína, especialmente o Nelore, é um patrimônio de Mato Grosso, e a genética é a base para elevarmos produtividade e qualidade com sustentabilidade. Como relator, assumo o compromisso de construirmos um projeto consistente, capaz de alcançar o pequeno produtor e de posicionar Mato Grosso como referência nacional em melhoramento genético.”

Alexandre El Hage

Relator da CST/Genética Nelore



SUMÁRIO

RESUMO	1
1 – INTRODUÇÃO	2
SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA CST-GENÉTICA NELORE	5
1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	9
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	15
3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	21
4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	28
5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	33
6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	41
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	49
8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CST/GENÉTICA NELORE	60
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
10 –PROPOSTAS DE AÇÕES	80
10.1 – PROGRAMA ESTADUAL DE MELHORAMENTO GENÉTICO DA PECUÁRIA DE CORTE	80
10.2 – EVENTO NACIONAL DE GENÉTICA DE CORTE	83

EXPOGENÉTICA MATO GROSSO

ATO N° 006/2025/SSL/ALMT

REQUERIMENTO N° 96/2025

RESUMO

Os trabalhos da Câmara Setorial Temática foram iniciados com a sessão de instalação, que estabeleceu a missão central da CST: **formular propostas concretas de políticas públicas para ampliar o acesso à genética zebuína de qualidade em Mato Grosso**. Desde o início, reforçou-se a relevância econômica da pecuária para o estado e a necessidade de articular poder público e setor produtivo. Na primeira reunião ordinária, conceituou-se as bases técnicas essenciais sobre melhoramento genético, consolidando conceitos científicos que orientariam todos os debates seguintes. Na segunda reunião, aprofundou-se a compreensão sistêmica da produção, evidenciando que genética só gera impacto quando associada a manejo, nutrição, pastagens e ambiente adequados. A terceira reunião marcou um salto metodológico, com estruturação do plano de trabalho e uma palestra determinante sobre nutrição gestacional, revelando como decisões tomadas ainda no ventre impactam carcaça, desempenho e eficiência futura. Já a quarta reunião tratou da necessidade de integrar genética e assistência técnica, apontando que o uso de reprodutores avaliados ainda é limitado e que o Estado precisa aproximar instituições, programas e produtores. A quinta reunião abordou entraves fundiários e ambientais, mostrando que muitos produtores deixam de acessar tecnologias por falta de regularização, e não por indisponibilidade de crédito ou genética. A sexta reunião focou na ultrassonografia de carcaça como instrumento estratégico para acelerar o ganho genético, consolidando a visão de que Mato Grosso dispõe da genética, da ciência e dos criadores, faltando transformar tecnologia em política pública acessível. Na sétima reunião, com participação ativa de órgãos governamentais e parlamentares, avançou-se na articulação política, incluindo os impactos da reforma tributária e o compromisso do poder executivo com ações estruturantes para o setor. Por fim, a oitava reunião consolidou o percurso das sete anteriores, revisando todo o conteúdo debatido, reconhecendo resultados já alcançados e iniciando a interlocução com programas do Executivo, especialmente o Pró-Genética Leite, visando inspirar a modelagem de um programa equivalente para a pecuária de corte.

Assim, ao final das oito reuniões, forma-se um corpo coerente de análises técnicas, institucionais, econômicas e políticas que oferecem as bases para a construção de uma política pública robusta e estruturante para o melhoramento genético da pecuária de corte em Mato Grosso.

1 – Introdução

A instituição da **Câmara Setorial Temática destinada ao estudo e à discussão de Políticas Públicas para a Melhoria da Genética na Criação de Zebuínos no Estado de Mato Grosso (CST-Genética Nelore)** representa um marco importante no fortalecimento do diálogo entre o Poder Legislativo, os setores produtivos e a sociedade civil organizada. Ao instituir este espaço democrático e participativo, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT) reafirma seu compromisso histórico com o desenvolvimento sustentável, a inovação tecnológica e a consolidação de políticas públicas que impulsionem o setor agropecuário, um pilar central da economia mato-grossense.

Mato Grosso é reconhecido nacional e internacionalmente como um dos maiores produtores de carne bovina do mundo, sustentando uma cadeia produtiva que gera empregos, renda e crescimento econômico em todas as regiões do Estado. O rebanho bovino, composto majoritariamente por raças zebuínas, especialmente o Nelore, constitui não apenas uma base produtiva, mas um patrimônio estratégico para o Estado. A rusticidade, a adaptabilidade ao clima tropical, a resistência a parasitas e a eficiência reprodutiva tornam o gado zebuíno indispensável para o modelo pecuário mato-grossense. No entanto, os desafios contemporâneos do mercado global exigem novos patamares tecnológicos e regulatórios.

É nesse contexto que a melhoria genética assume um protagonismo central. O desenvolvimento e a difusão de tecnologias de melhoramento, como seleção genômica, mapeamento de características produtivas e adaptativas, biotecnologias reprodutivas e estratégias de manejo associadas, são elementos fundamentais para que Mato Grosso mantenha sua liderança nacional e avance rumo a uma posição de referência mundial em qualidade e eficiência. Uma pecuária tecnificada, baseada em genética superior, traduz-se em produtividade, competitividade, redução de custos, agregação de valor e maior reconhecimento em mercados internacionais exigentes.

O melhoramento genético de zebuínos é uma ferramenta essencial na pecuária brasileira, focando na seleção e reprodução de animais com características desejáveis para aumentar a eficiência e a lucratividade da produção de carne e leite. O melhoramento genético visa aprimorar características produtivas, resultando em:

Aumento da produtividade: Animais mais eficientes na conversão alimentar, produzindo mais carne ou leite com a mesma quantidade de insumos.

Melhora na qualidade da carcaça e da carne: Seleção para características como rendimento de cortes nobres e composição de ácidos graxos.

Rusticidade e adaptação: Manutenção da capacidade de adaptação dos zebuínos (altamente adaptados ao clima tropical) a pasto e resistência a parasitas.

Precocidade: Redução da idade ao abate ou à primeira cria.

Do ponto de vista ambiental e institucional, a modernização genética também se articula diretamente com as agendas de sustentabilidade e cumprimento de compromissos climáticos. Animais mais eficientes reduzem emissões por unidade produzida, diminuem a pressão por abertura de novas áreas, facilitam a intensificação sustentável e estabelecem condições mais favoráveis para o atendimento das metas ambientais assumidas pelo Brasil. Essa interrelação reforça a responsabilidade de Mato Grosso em liderar práticas produtivas alinhadas à governança ambiental, social e climática (ESG), garantindo estabilidade institucional e reconhecimento externo.

Assim, a ALMT, ao criar esta Câmara Setorial Temática, cumpre seu papel constitucional de mediação social e legislativa, oferecendo um fórum plural no qual produtores rurais, associações de criadores, instituições de pesquisa, universidades, órgãos governamentais, representantes da indústria frigorífica, entidades ambientais e especialistas em biotecnologia podem contribuir para a formulação de políticas públicas robustas, participativas e orientadas ao interesse coletivo. As decisões e encaminhamentos construídos neste colegiado fortalecem o ambiente institucional do Estado e proporcionam maior segurança jurídica para investimentos no setor pecuário.

Importante destacar que a inovação genética não diz respeito exclusivamente a grandes produtores ou grandes centros de pesquisa. A disseminação de tecnologias e boas práticas deve alcançar produtores de todos os portes, promovendo inclusão, equidade produtiva e democratização do conhecimento. O fortalecimento da pecuária mato-grossense como um todo depende da construção de políticas que contemplem tanto grandes rebanhos quanto propriedades familiares, garantindo que todos os atores

participem do processo de modernização tecnológica. Assim, a CST também se coloca como instrumento de redução de desigualdades produtivas e de promoção de desenvolvimento regional equilibrado.

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso reconhece que o Estado não pode apenas acompanhar as tendências globais: deve liderá-las. Em um mundo no qual a genética e a biotecnologia transformam a agricultura e a pecuária em ritmos acelerados, permanecer à margem significa perder competitividade, investimentos, mercados e protagonismo. A criação desta Câmara é, portanto, um gesto político de visão estratégica, reafirmando que Mato Grosso está disposto a se manter na vanguarda da inovação e da sustentabilidade na pecuária.

Por fim, estas discussões não se limitam ao desempenho econômico da pecuária. A melhoria genética fundamenta um tripé essencial: produtor, Estado e meio ambiente, que sustenta não apenas o crescimento econômico, mas também a segurança alimentar, a proteção ambiental, a geração de empregos e o fortalecimento da imagem institucional de Mato Grosso no cenário nacional e internacional. A CST, portanto, se estabelece como instrumento fundamental para desenhar caminhos, propor soluções e articular os diversos interesses envolvidos, sempre orientada pelo compromisso com o interesse público e com o desenvolvimento sustentável do Estado de Mato Grosso e do Brasil.

Sessão de Instalação da CST-Genética Nelore

Data: 17 de Março de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Oscar Soares

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio do sítio de Internet:

<https://www.youtube.com/live/KeUOLORKPOY>

A sessão de instalação da Câmara Setorial Temática destinada ao estudo e discussão de políticas públicas para a melhoria da genética na criação de zebuínos no Estado de Mato Grosso foi realizada na manhã de 17 de março de 2025, na Sala das Comissões da Assembleia Legislativa. Conduzida pelo Deputado Dr. João, autor do Requerimento nº 96/2025 e responsável pela articulação que originou o Ato nº 006/2025, a abertura dos trabalhos destacou a relevância estratégica da pecuária zebuína para o desenvolvimento socioeconômico do Estado e a necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas à inovação e ao melhoramento genético.

Em seguida passou a palavra ao Presidente da CST, Dr. José Lacerda, que deu as boas vindas aos membros da Câmara e destacou a importância e representatividade dos membros que constituem a CST e a missão de conduzir os trabalhos e importantes



discussões que vão acontecer em prol da melhoria da genética do rebanho bovino no estado de Mato Grosso.

Em seguida o Deputado Dr. João deu as boas-vindas ao relator da CST Alexandre El Hage, Presidente da Nelore Mato Grosso e parabenizou pela disponibilidade em participar de iniciativa tão importante como essa. O Relator destacou a importância do tema para Mato Grosso, que possui o maior rebanho bovino do Brasil e que tem grande potencial de crescimento nos próximos anos. A Nelore Mato Grosso está atenta a

necessidades dos produtores do estado e, uma delas é o melhoramento genético do rebanho. Essa ação irá trazer ganhos significativos para todo o setor, desde o grande, mas principalmente para o médio e pequeno produtor que muitas vezes não tem acesso ao melhoramento genético para seu rebanho. A CST conta com representantes dos setores produtivos, da academia, política e, portanto, pode trazer contribuições importantes para esse setor vital para a economia mato-grossense.

O ambiente reuniu representantes de diversas entidades estaduais e nacionais ligadas à pecuária. O Senhor Marcos Coelho Carvalho, representante da FAMATO (Federação da Agropecuária do Estado de Mato Grosso), enfatizou a vocação institucional da entidade para defender os interesses dos produtores rurais. Ele destacou o papel do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), do IMEA (Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária e do AgriHub (Instituto AgriHub) como braços essenciais do sistema produtivo, responsáveis pela assistência técnica ao produtor rural, pelos estudos econômicos e pela inovação tecnológica. Ressaltou, ainda, a importância dos sindicatos rurais, especialmente os 95 existentes no Estado, na difusão das ações e

conhecimentos que vierem a ser desenvolvidos por esta Câmara Setorial Temática.

Na sequência, Juliano Latorraca Ponce, diretor financeiro da Nelore Mato Grosso, agradeceu o apoio da Assembleia Legislativa e



destacou o caráter estratégico da composição da mesa. Segundo ele, o conjunto de instituições representadas evidencia a maturidade e o alinhamento das organizações que já possuem iniciativas voltadas ao melhoramento genético. Para Juliano, a CST terá papel fundamental em integrar projetos hoje dispersos, construindo um programa unificado que permita a evolução coordenada da pecuária zebuína no Estado de Mato Grosso.

Representando a ABCZ (Associação Brasileira de Criadores de Zebu), Rayane Lage Cordeiro reforçou o compromisso histórico da instituição, com mais de 105 anos de atuação, com o melhoramento das raças zebuínas e com a ampliação do acesso à genética de qualidade. Ressaltou, de maneira especial, a importância de levar essas tecnologias ao pequeno produtor, que muitas vezes enfrenta barreiras de acesso e acaba excluído dos avanços gerados pela pesquisa e inovação. Para ela, a instalação da CST converge diretamente com o esforço nacional da ABCZ de democratizar o melhoramento genético dos Zebuínos no Brasil.

O professor e doutor em Ciências Leôncio Pinheiro trouxe à sessão um tom histórico e simbólico ao rememorar a trajetória do senador Jonas Pinheiro, reconhecido como um dos maiores líderes do setor agropecuário de Mato Grosso. Leôncio relatou o processo de articulação que antecedeu a criação da CST, mencionando consultas realizadas junto à diretoria da Nelore Mato Grosso e ao ex-deputado e Suplente de Senador Dr. José Lacerda, e ressaltou que a iniciativa encontra ressonância em um legado construído ao longo de décadas. Ao lembrar que “foi a raça Nelore que abriu o mercado da carne brasileira para o mundo”, prestou homenagem ao senador Jonas Pinheiro e destacou que as lideranças presentes dão continuidade a esse trabalho pioneiro.

Na mesma linha de valorização institucional, Ida Beatriz Machado, representante da ACRIMAT para o Vale do Paraguai, chamou atenção para a força produtiva da região, que concentra o maior volume de animais do Estado. Afirmou que, se o Brasil fosse considerado um país isolado na produção de carne, sua performance seria equivalente à de um dos maiores produtores mundiais e Mato Grosso teria papel decisivo nisso. Ida Beatriz reforçou que a chegada da tecnologia ao pequeno produtor depende diretamente de políticas públicas claras, estruturadas e acompanhadas de segurança jurídica, condições essenciais para que a inovação seja incorporada por todas as regiões do Estado.

Em seguida, Carlos Bolzan, representando o Fórum Agro MT, destacou a disposição da entidade em colaborar com os trabalhos da CST. Em nome do presidente Nelson Piccoli e do diretor-executivo Xisto Bueno, colocou o Fórum à disposição para contribuir com estudos, articulação institucional e apoio técnico, ressaltando que a

cadeia produtiva vive um momento oportuno para integrar iniciativas e construir soluções conjuntas.

Após as manifestações, o Deputado Dr. João procedeu à leitura integral do Termo Oficial de Instalação da Câmara, formalizando sua criação e reafirmando a finalidade de estudar e discutir políticas públicas voltadas ao aprimoramento genético dos zebuínos em Mato Grosso. O parlamentar destacou a participação de sua equipe de gabinete, representada por Jociani e Salvador.

Por fim, comunicou que agendará uma reunião oficial com o Governador do Estado, levando consigo os



membros da Câmara para apresentar a proposta de trabalho e buscar alinhamento institucional. A sessão foi encerrada com agradecimentos aos presentes, reconhecimento às autoridades e entidades participantes e a reafirmação do compromisso de iniciar imediatamente os trabalhos técnicos da Câmara Setorial Temática.

1ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 31 de março de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Sarita Baracat

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio do sítio de Internet:

https://www.youtube.com/live/v4wYyDw_k4U

Tema Central: *Fundamentos Técnicos do Melhoramento Genético e o Ponto de Partida Científico da Câmara*

A 1ª Reunião Ordinária da Câmara Setorial Temática destinada ao estudo e à discussão de políticas públicas para a melhoria da genética na criação de zebuínos em Mato Grosso foi iniciada na manhã de 31 de março de 2025, sob a coordenação do Relator Alexandre El Hage. A reunião marcou o início efetivo das atividades técnicas da CST, dando seguimento à sessão de instalação realizada no dia 17 de março de 2025. Logo na abertura, Alexandre El Hage agradeceu aos membros pela presença e destacou



a importância de iniciar os trabalhos com embasamento técnico robusto, justificando a escolha da Embrapa Gado de Corte para ministrar a palestra inaugural da Câmara. Ao apresentar o pesquisador convidado, ressaltou que o objetivo central da

reunião era compreender os fundamentos científicos e práticos do melhoramento genético, de modo a embasar as discussões e os projetos que futuramente comporão o relatório final da CST.

A palestra de abertura da CST, intitulada “Fundamentos do Melhoramento Genético de Zebuínos”, foi ministrada pelo pesquisador Gilberto Vieira da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Gado de Corte. A exposição do pesquisador, referência nacional em genética bovina, constituiu-se como o eixo central da 1ª Reunião Ordinária da CST. O pesquisador Gilberto Vieira, referência nacional em genética bovina, abriu sua exposição contextualizando os princípios básicos do

melhoramento genético. Em mais de uma hora de exposição, o pesquisador apresentou fundamentos científicos, análises históricas, interpretações econômicas e implicações políticas do melhoramento genético aplicado à pecuária zebuína, especialmente relevante para Mato Grosso, maior produtor de carne bovina do Brasil. Explicou a diferença entre genética e genealogia, enfatizando que “melhorar a raça é melhorar a média populacional e não apenas indivíduos isolados”. Destacou que o progresso genético depende de três pilares fundamentais: acurácia, intensidade de seleção e intervalo entre gerações. O pesquisador propôs uma mudança de perspectiva sobre o papel do boi na sociedade contemporânea. Afirmou que, para entender a importância da genética, é preciso compreender que o bovino é, antes de tudo, um agente biológico capaz de converter celulose em proteína de alto valor nutricional, uma espécie de “usina viva”, como descreveu, capaz de transformar um recurso abundante e de baixíssimo custo (capim) em alimento nobre para a humanidade.



Esta introdução foi usada para fundamentar o argumento de que a eficiência desse processo de conversão depende diretamente da genética, e que políticas públicas em Mato Grosso devem enxergar o bovino como ferramenta estratégica para produtividade, sustentabilidade e expansão de mercados internacionais. A partir dessa base conceitual, Gilberto apresentou a definição formal de melhoramento genético, destacando que ele consiste no esforço contínuo de elevar a média da população ao longo das gerações, e não apenas de melhorar indivíduos isolados. Explicou que o progresso genético possui uma vantagem estrutural sobre outros investimentos: é cumulativo, permanente e carregável entre gerações, diferentemente da nutrição ou da sanidade, cujos efeitos dependem de intervenções constantes.

Em linguagem acessível, mas dentro do rigor científico, o pesquisador apresentou os três pilares clássicos do melhoramento:

- Acurácia da seleção – quanto mais precisas as informações genéticas, maior o impacto esperado.

- Intensidade de seleção – quanto mais rigoroso é o processo de escolha, maior é o ganho por geração.
- Intervalo entre gerações – reduzir o tempo entre pais e filhos acelera o progresso, especialmente quando se usa genômica em animais jovens.

Nesse momento, Gilberto trouxe um elemento cultural, usando a frase *“quem é bom já nasce feito e quem é ruim atrapalha”*, para ilustrar de forma simples a lógica da seleção genética.



Para situar o impacto do melhoramento no âmbito mais amplo da agricultura, o pesquisador apresentou dados de três cadeias produtivas com avanços amplamente reconhecidos pela ciência:

- Soja: ganho genético de 40 kg/ha/ano, acumulando 1,6 t/ha em 40 anos.
- Milho: ganho de 112 kg/ha/ano, somando mais de 3 t/ha em três décadas.
- Frango de corte: expressiva evolução genética, resultando grande eficiência.

Ou seja, quando Estado, instituições técnicas e o setor produtivo investem em genética, as cadeias se transformam rapidamente. A bovinocultura não é exceção, mas precisa acelerar os investimentos com planejamento. Para exemplificar, Gilberto então apresentou o mais emblemático experimento de longo prazo da pecuária brasileira: o rebanho Nelore do Instituto de Zootecnia de Sertãozinho (SP), onde, há quase 50 anos, são comparados dois rebanhos: um sem seleção, outro submetido ao melhoramento contínuo. Os resultados são claros:

- + 70 kg aos 12 meses acumulados ao longo de décadas;
- + 470% de aumento no peso final em 56 anos;
- + 32% de eficiência alimentar no mesmo ambiente e condições de manejo.

Esta comparação, segundo o pesquisador, é a maior prova de que genética muda produtividade independentemente do ambiente, enquanto ambiente sem genética não gera evolução expressiva. Ele reforçou: *“Se nada mudar no manejo, ainda assim a genética muda o animal. Mas se a genética melhora e o manejo não acompanha, o risco é maior.”*

O pesquisador apresentou ainda um panorama nacional, demonstrando que o Brasil já vive uma revolução silenciosa. A Idade de abate caiu drasticamente. Em 1997 eram 70% dos machos abatidos com mais de 36 meses. Em 2023 cerca de 10 % são abatidos com mais de 3 anos. O peso de carcaça aumentou significativamente. Em 2013 era cerca de 17,85 arrobas e em 2023 chegou a 19,72 arrobas no abate. Essa transformação, que envolve genética, nutrição, sanidade e manejo, coloca o Brasil na vanguarda da pecuária tropical. Mas Gilberto frisou que Mato Grosso, pela dimensão de seu rebanho, pode liderar a próxima etapa, se estruturar políticas públicas adequadas e rapidamente implementá-las em parceria com os segmentos envolvidos.

Em um dos momentos mais didáticos da palestra, Vieira comparou dois grandes touros Nelore separados por quase 40 anos. O touro Ludwig Garson (1980) com 47 mil filhos e o reprodutor REM Hermoso (2018) com mais de 20 mil



filhos avaliados. Qual o resultado? Segundo as avaliações genéticas ABCZ–Embrapa os filhos do Hermoso pesam 33 kg a mais aos 18 meses. Ao preço médio mato-grossense (R\$ 11,96/kg), isso representa cerca de R\$ 400,00 por animal. O impacto econômico, quando projetado para milhões de animais, explica o enorme potencial de políticas públicas voltadas à escala da genética superior.

Respondendo à provocação do produtor Olímpio, o pesquisador enfatizou que a genética não opera no vácuo. É necessário que o pasto seja adequado, o solo esteja corrigido, a sanidade seja controlada e o manejo acompanhe o progresso. Utilizou a

metáfora: “Assim como a soja não rende sem solo corrigido, o boi não rende sem pasto bom.” E reforçou: “A genética mais avançada pode levar o produtor ao buraco mais rápido se o sistema não estiver preparado.” Este ponto é fundamental para a CST, pois indica que qualquer política pública precisa ser integrada, combinando genética com nutrição, pastagens e assistência técnica.

Vieira ampliou o debate trazendo dados contemporâneos e estratégicos: a seleção genética já permite identificar animais que consomem menos, produzem mais e emitem menos metano. Há variação genética significativa para eficiência alimentar,



eficiência hídrica e produção de metano por unidade de produto. Essa área é particularmente promissora para Mato Grosso, pois eleva competitividade internacional, aumenta acesso a mercados premium e melhora imagem ambiental do estado.

O pesquisador encerrou sua fala tratando do tema mais sensível: o pequeno produtor. Destacou que os pequenos produtores não rejeitam tecnologias, enfrentam barreiras econômicas e estruturais; sofrem com a falta programas contínuos; falta de assistência técnica coordenada, além da falta de crédito específico para o melhoramento genético.

Gilberto apresentou exemplos práticos de critérios de seleção, detalhando características produtivas (como ganho de peso, rendimento de carcaça, eficiência alimentar) e reprodutivas (precocidade sexual, habilidade materna, intervalo entre partos). Abordou também a importância da seleção genômica, que vem permitindo avanços mais rápidos ao reduzir o intervalo de gerações e aumentar a precisão da avaliação dos animais ainda jovens. Durante a exposição, o pesquisador destacou dados e gráficos que ilustravam o desempenho histórico do melhoramento genético no Brasil e no mundo, ressaltando que a “genética é um investimento e não um custo”, especialmente em sistemas extensivos como os predominantes em Mato Grosso. Ele reforçou que a adoção de tecnologias de melhoramento pelos pequenos produtores é

um dos maiores desafios do setor, barreira que pode ser superada com políticas públicas adequadas, assistência técnica contínua e programas de democratização do acesso à genética superior. Gilberto ainda dedicou parte significativa da palestra à explicação dos limites biológicos e ambientais do melhoramento, lembrando que genética e manejo devem caminhar juntos. *“Não existe animal bom que suporte manejo ruim”*, frisou, defendendo a necessidade de alinhar genética, nutrição e sanidade para expressar plenamente o potencial produtivo.

A palestra foi concluída com a apresentação de exemplos de programas de melhoramento bem-sucedidos no Brasil, com impactos diretos na produtividade e rentabilidade, reforçando a ideia de que Mato Grosso, pela dimensão, representatividade e base zebuína consolidada, tem condições de liderar o avanço genético na pecuária nacional.

O pesquisador enfatizou: *“Genética sem continuidade não existe. Políticas públicas devem durar mais do que mandatos.”* Então, ao final apontou algumas linhas de ação:

- crédito subsidiado para touros;
- inseminação artificial via cooperativas regionais;
- formação técnica continuada;
- inteligência territorial para diferenciar regiões onde genética é gargalo daquelas onde pasto ou nutrição são limitantes.



Passos necessários

- Acesso à genética superior para pequenos e médios produtores
- Capacitação/comunicação em boas práticas de melhoramento
- Ampliação da oferta de animais melhoradores
- Fomento a iniciativas de P,D & I em prol do melhoramento genético

2ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 14 de abril de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Oscar Soares

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio dos sítios de Internet:

<https://www.youtube.com/live/rBkgSPrr4yY>

Tema Central: *Escala, Desigualdade Produtiva, Acesso Tecnológico e Continuidade de Políticas Públicas*

A segunda reunião ordinária da Câmara Setorial Temática dedicada à melhoria genética dos zebuínos em Mato Grosso consolidou um ambiente de maturação institucional e técnica que já havia se delineado na reunião inaugural. Inicialmente, o Presidente da CST, Dr. José Lacerda, abriu a sessão e colocou em apreciação e votação a ata da 1ª Reunião Ordinária. Aprovada por unanimidade. Em seguida o Presidente passou a condução dos trabalhos ao membro **Juliano Ponce**, representando o relator Alexandre El Hage. A sessão demonstrou que o trabalho da CST está se estruturando de forma coletiva, com forte protagonismo das entidades representativas e técnicos especialistas no setor. A abertura, breve e objetiva, rapidamente deu lugar a um debate profundo sobre os desafios e possibilidades da política pública para genética no Estado, numa reunião marcada por densidade técnica, reflexões históricas e encaminhamentos estratégicos.



A apresentação realizada por Marcos Carvalho, representante do Sistema Famato, foi o eixo estruturante da primeira parte da reunião. Carvalho trouxe uma análise profunda, e ao mesmo tempo pragmática, da realidade bovina mato-grossense, articulando dados, interpretações e implicações estratégicas. Sua fala não se limitou a expor números; ao contrário, serviu como um diagnóstico institucional do Estado,

revelando de forma contundente como a estrutura fundiária bovina impacta diretamente a adoção de genética.

A constatação de que mais da metade das propriedades do estado são extremamente pequenas, mantendo até 100 cabeças, mas representando apenas 7,8% do rebanho total, escancara uma verdade muitas vezes negligenciada: a política pública



não pode ser homogênea, porque o produtor não é homogêneo. Essa constatação reforça que qualquer política voltada à genética precisa ser calibrada não apenas para o tamanho do rebanho, mas também para a capacidade de absorção tecnológica e

financeira de cada estrato produtivo. Ao mesmo tempo, o dado de que apenas 2,3% das fazendas concentram quase 40% do gado desmonta narrativas simplificadoras sobre o setor e coloca em evidência a enorme responsabilidade desses grandes sistemas produtivos na transformação genética do rebanho estadual.

Marcos chamou atenção também para outro dado alarmante: a quantidade gigantesca de vacas cobertas por touros sem registro. Em Mato Grosso, esse número chega a cerca de sete milhões de matrizes, revelando que, em grande parte do estado, a genética superior sequer chega ao pasto. Essa informação tem dupla implicação: primeiro, mostra o tamanho do desafio; segundo, evidencia uma oportunidade de impacto imediato para políticas públicas. Melhorar o reprodutor que cobre essas matrizes tem efeito multiplicador inigualável, porque a genética, ao contrário de outros insumos, é permanente, cumulativa e intergeracional. Outro ponto crucial da fala do representante da FAMATO foi a interpretação econômica das tecnologias de reprodução. Ele não apresentou IATF, FIV, TE ou ultrassonografia apenas como técnicas, mas como instrumentos estratégicos que, se democraticamente



disponibilizados, podem transformar a produção de maneira estrutural. A menção ao programa ABC+ e ao Novilho Precoce de Mato Grosso do Sul não foi aleatória: foi um recado político. Ele mostrou que há caminhos já testados, que funcionam, e que Mato Grosso poderia ter mantido políticas semelhantes, mas não o fez. Assim, Carvalho trouxe à tona a demanda por continuidade institucional, eixo que se repetiria ao longo de toda a reunião.

Quando Ricardo Abreu, representando a ABCZ, tomou a palavra de forma remota, sua fala convergiu com a de Marcos e acrescentou profundidade nacional ao debate. Ricardo não apenas confirmou a magnitude do problema, como também reforçou que Mato Grosso, por ser o maior rebanho bovino do país, não pode se contentar com políticas tímidas ou com intervenções pontuais. Sua fala reforçou um ponto crucial: o país já possui estrutura técnica, programas consistentes, equipes qualificadas e bancos de dados robustos o que falta é



organização e articulação. A ABCZ, com seus programas PMGZ, PENAT e sistemas de avaliação de carcaça e desempenho, deixa claro que o conhecimento científico já está disponível, mas ainda não foi absorvido com a intensidade que a dimensão pecuária mato-grossense exige. O argumento mais politicamente relevante de Ricardo foi o de que a genética é o único insumo cujo efeito perdura indefinidamente. Essa afirmação dá base lógica a qualquer política pública de incentivo, porque justifica economicamente o investimento do Estado: o retorno não é episódico; é permanente e acumulado ao longo das gerações seguintes. Assim, para o Estado, investir em genética é investir em patrimônio público de longo prazo, representado pelo rebanho bovino.

A fala de Olímpio Rizo de Brito, representando a ACRIMAT, trouxe o contraponto necessário entre o macrodiagnóstico e a realidade do chão da fazenda. Olímpio lembrou que políticas complexas demais ou listas extensas de demandas não alcançam o pequeno e médio produtor. Sua fala destacou que, para essa



base produtiva, que é numerosa, mas fragilizada, a política pública precisa começar do básico: manejo reprodutivo simples, descarte racional, seleção funcional de matrizes e uso mínimo de genética comprovada. O recado de Olímpio, embora simples, carrega uma interpretação sofisticada: não adianta propor políticas elaboradas se o produtor não tem escala, infraestrutura ou assistência técnica para aplicá-las. É um lembrete de que a ciência precisa se traduzir em práticas operacionais acessíveis.

Foi na fala de Salvador, assessor do deputado Dr. João, que a reunião ganhou um tom histórico e institucional. Ele resgatou a experiência do PROMEP e da política do Novilho Precoce, programas pioneiros que posicionaram Mato



Grosso à frente do cenário nacional nas décadas passadas. Ao afirmar que “o Mato Grosso do Sul fez e manteve; Mato Grosso começou e deixou parar”, Salvador apresentou uma crítica ao ciclo político estadual, marcado por descontinuidade e perda de memória institucional. Sua sugestão de levantar todas as leis vigentes sobre pecuária revela algo fundamental: muitas vezes a solução não está em criar, mas em reativar e atualizar. Este ponto é extremamente relevante para um relatório final legislativo, pois reforça que há instrumentos jurídicos subutilizados e que poderiam ser retomados com ajustes.

A fala de Francisco Manzi, também da ACRIMAT, foi uma das mais contundentes no aspecto produtivo-operacional. Ele revelou que Mato Grosso, curiosamente, possui genética de ponta disponível — dezenas de criadores PO e SEIP, muitos com trabalho de



excelência — mas que parte desses reprodutores, por falta de articulação de mercado, acaba no frigorífico. Essa constatação é dramática: o Estado produz genética melhoradora, mas ela não chega a quem precisa. Francisco apresentou, ainda que implicitamente, uma crítica estrutural ao mercado: não existe canal organizado, nem

política pública que facilite o encontro entre quem produz e quem necessita de touros superiores. Essa desconexão aponta para a necessidade de criar mecanismos estaduais de comercialização, certificação e distribuição de reprodutores, o que teria impacto rápido e direto no rebanho.

A intervenção de Leny Rosa, representando o CRMV/MT e o MAPA, introduziu um elemento técnico-institucional indispensável: a assistência técnica qualificada. Leny lembrou que veterinários e zootecnistas são atores estratégicos e que muitos pequenos produtores não acessam genética por falta de orientação. Ao sugerir a criação de uma linha de crédito federal específica para aquisição de reprodutores, Leny fez uma proposta extremamente prática e viável, capaz de transformar, em poucos anos, a base genética do rebanho estadual. Sua fala coloca o MAPA como ator essencial na engrenagem institucional necessária à política pública de genética.

O fechamento do encontro ficou a cargo do deputado José Lacerda, que sintetizou de maneira clara e elegante o espírito da reunião. Lacerda afirmou que “as pontas não se encontram”, frase que resume com exatidão o principal dilema apresentado ao longo da sessão: há ciência disponível, há



genética disponível, há instituições eficientes, há produtores interessados, mas falta o elemento conectivo: o Estado como articulador. A fala do Presidente destacou que a CST não busca respostas imediatistas, mas sim a construção de uma política pública perene, articulada e técnica, capaz de resistir ao tempo e às transições governamentais.

Ao final, os encaminhamentos confirmaram essa orientação: formação de comissões técnicas, coleta de informações complementares, articulação com municípios e entidades estaduais e federais, além da convocação de novos atores para as próximas reuniões. Ao final a 2ª reunião apresentou um avanço significativo. Se a primeira reunião estabeleceu o alicerce técnico-científico, esta segunda consolidou uma compreensão comum entre os atores: a genética não é apenas um tema de melhoramento produtivo, mas uma política pública estratégica, de alto impacto, baixo custo relativo e enorme retorno para o Estado. De forma clara, madura e profunda, ficou evidente que Mato Grosso possui todos os elementos necessários, genética, produtores, instituições, ciência, e que o papel da CST será justamente organizar essas partes dispersas em um sistema articulado, coerente e de longo prazo. Promovendo assim um avanço significativa na pecuária do estado de Mato Grosso e, consequentemente do Brasil.



3ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 05 de maio de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Sarita Baracat

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio dos sites de Internet:

<https://www.youtube.com/live/gAnaqLZViGI>

Tema Central: *Transição da Coleta para a Síntese – Organização Interna e Estruturação do Plano de Trabalho*

A terceira reunião ordinária da Câmara Setorial Temática, constituiu mais um degrau no processo de consolidação institucional da CST. A sessão, conduzida por Juliano Ponce na abertura e presidida posteriormente pelo deputado José Lacerda, reafirmou



que o colegiado já funciona como um organismo articulado, com lógica própria e crescente densidade política e técnica. O encontro teve uma característica marcante: foi uma reunião de aprofundamento interno, menos marcada por apresentações externas e mais dedicada à reflexão,

ao debate metodológico e à organização da própria Câmara, uma inflexão necessária em qualquer processo de construção de políticas públicas estruturantes.

O presidente Dr. José Lacerda abriu os trabalhos deu as boas-vindas e passou a palavra ao relator Alexandre El Hage. O relator cumprimentou os presentes na sala das sessões e os presentes on-line e convidou os membros e palestrantes a comporem a mesa. A fala inicial, embora administrativa, já introduzia a tônica da reunião: a necessidade de organizar procedimentos, registrar presenças, estruturar pautas subsequentes e manter o ritmo de construção da Câmara. Em seguida El Hage, passou ao Professor Flávio Dutra de Resende, do PPG-Zootecnia da Unesp Jaboticabal, para proferir a palestra intitulada “Muito Além da Genética). A apresentação de Flávio, teve início após sua saudação à mesa e ao público, ressaltando ser uma satisfação contribuir

com a Câmara Setorial e reencontrar profissionais conhecidos. Logo no início, ele explicou que abordaria pesquisas realizadas pela APTA colina com foco em recria e engorda intensiva de bovinos, discutindo estratégias produtivas que vão além da genética, embora partam dela como base essencial. O palestrante apresentou gráficos, imagens e experimentações científicas para demonstrar como a *expressão do potencial genético* depende diretamente das condições nutricionais e de manejo — principalmente da matriz. Ele recordou que o Mato Grosso já abate machos com média acima de 21 arrobas, cada vez mais jovens, com muitos sistemas alcançando abates entre 22 e 24 meses, o que evidencia o acesso crescente à genética superior. Porém, ressaltou que a genética isolada não garante desempenho se cria, recria e terminação não estiverem ajustadas ao mesmo nível tecnológico. Flávio estruturou a apresentação mostrando o ciclo completo do animal: concepção → gestação → nascimento → desmame → recria → terminação → abate. Explicou que da concepção ao desmame a



fase dura cerca de 17 a 18 meses, e que muitos produtores ainda operam recrias longas, chegando a 18 a 24 meses, o que afasta o sistema do *boi jovem*. Disse ser possível encurtar a recria para 8 meses com uso correto de adubação de pastagens, manejo nutricional e recria intensiva.

Mostrando barras de custo, ele destacou que a reposição é o maior componente de custo da recria/engorda, justificando a importância de adquirir bezerros geneticamente superiores, comparando o raciocínio a escolher um carro 1.0 ou 2.0 — ambos funcionam, mas respondem diferente quando exigidos. Em seguida, apresentou dados de Mato Grosso mostrando que bezerros que nascem mais cedo na estação têm melhor desempenho final: um bezerro carimbo 10 pode render 0,8@ a mais no abate e encurtar o tempo de coxo em ~15 dias, apenas pela diferença de idade ao nascimento, mesmo com a mesma genética. O palestrante concentrou grande parte da exposição na *vaca matriz*, afirmando que ela é o principal gargalo para que o progresso genético apareça no rebanho. Explicou que vacas com score corporal baixo perdem probabilidade de

prenhez precoce e, mesmo prenhes, podem comprometer o desenvolvimento do feto. Ele mostrou gráficos demonstrando que 95% da formação das fibras musculares fetais ocorre no segundo terço da gestação, justamente quando muitos rebanhos entram na seca e as vacas passam por déficit proteico.

Segundo Flávio, quando a gestação avança com baixa nutrição, a vaca mobiliza músculo corporal para manter o feto, reduzindo o número de fibras musculares formadas — o bezerro nasce fisiologicamente inferior e terá menor GMD ao longo da vida. Mostrou biopsias comparando bezerros meio-irmãos, comprovando que os suplementados intraúteros tinham maior densidade de fibras, e enfatizou que a diferença ao desmame e no abate pode chegar a 18–19 kg de carcaça. Flávio ilustrou com uma comparação visual: bezerros de vacas sem ajuste de lotação nasceram com 35 kg; os de vacas manejadas nasceram com ~39 kg, diferença de 4 kg no parto que se amplificou para 18 kg ao desmame e mais de 23 kg na terminação intensiva. Em imagens lado a lado, destacou bezerros irmãos com diferença visível de porte ao nascimento, reforçando que o



problema não é apenas genética, mas condição corporal da mãe na seca. O pesquisador apresentou dados econômicos sobre o custo de suplementação — mineral x adensado — e calculou que um ganho de 1,8% na taxa de prenhez já paga o investimento, número considerado baixo quando comparado ao retorno somado da maior produtividade do bezerro. Também explicou estratégias de *desmama precoce*, comparando 120, 180 e 240 dias, e demonstrando que a desmama antecipada ajuda a vaca, mas reduz peso do bezerro — sendo ideal buscar equilíbrio em torno de 150–180 dias, especialmente para vacas de maior risco nutricional. Ele mostrou curvas de produção de leite, gráficos de lactação, fotos de lotes experimentais e dados de terminação intensiva em pasto. Nos testes, bezerros desmamados aos 240 dias com suplementação atingiram ~335 kg de carcaça, contra ~307 kg nos desmamados com 120 dias. A recomendação final foi não

aplicar precocidade em 100% das matrizes, mas identificar lotes prioritários e manejar com estratégia.

Após o encerramento da apresentação de Flávio Rezende, o presidente da sessão anunciou a participação de Jéssica Lemos Gonçalves, supervisora da assistência técnica e gerencial do SENAR Mato Grosso, médica veterinária com formação pela UFMT, especialista em produção de gado de corte e pós-graduanda em cooperativismo e crédito rural. Na abertura de sua fala, Jéssica cumprimentou os presentes, agradeceu à Câmara pelo convite e disse falar em nome do presidente do sistema, Vilmontes Tomain, manifestando satisfação em apresentar o trabalho institucional desenvolvido pelo SENAR e pela FAMATO ao Estado.

Passou então a explicar a estrutura do SENAR dentro do sistema FAMATO, ressaltando que o SENAR é sustentado diretamente pelos sindicatos rurais, que são a porta de entrada para demandas e solicitações dos produtores. Afirmou que toda demanda que chega ao SENAR Mato Grosso vem primeiro pelo sindicato, que ela descreveu como casa-matriz e primeiro contato com o produtor rural. Em seguida, detalhou que o



SENAR também integra o Agrihub, braço operacional responsável por conectar produtores rurais às tecnologias disponíveis. Jéssica informou que o SENAR mantém uma rede ampla de atendimento às propriedades voltada tanto à capacitação quanto ao suporte técnico, estruturada em módulos e metodologias próprias. Explicou que o sistema trabalha com formação continuada de produtores, assistência técnica, acompanhamento gerencial e capacitação profissional, sempre com o objetivo de reduzir o distanciamento tecnológico entre propriedades e promover maior eficiência produtiva no campo. Destacou que o foco da instituição é aprimorar conhecimento, apoiar manejo adequado, incentivar boas práticas e auxiliar o produtor na tomada de decisão dentro da porteira. Durante a exposição, salientou que o SENAR atua de forma articulada com as entidades rurais, sindicatos, FAMATO e outras organizações do agro,

reforçando que a missão institucional é chegar à ponta, com treinamento e orientação que melhorem o desempenho da atividade pecuária. O objetivo é que o produtor evolua não apenas em manejo, mas também em conhecimento administrativo, calculando custos, medindo resultados e criando uma cultura de gestão mais técnica nas fazendas. Concluiu agradecendo novamente o espaço, colocou o SENAR/MT à disposição da CST e dos membros para ações futuras e reforçou que a instituição tem compromisso permanente com o desenvolvimento técnico da pecuária mato-grossense, especialmente no que diz respeito à formação profissional rural, atualização tecnológica e organização produtiva do setor. Sua fala foi objetiva e orientada à apresentação institucional do SENAR e de sua função dentro do sistema FAMATO.

Em seguida Bruno Faria, também do SENAR/FAMATO, compondo a mesa juntamente com os demais participantes, ressaltou o papel do SENAR na capacitação continuada de pecuaristas mato-grossenses e lembrou que o sistema atua como ponte entre tecnologia disponível e aplicação prática no campo. Ao comentar o cenário atual da pecuária, reconheceu os avanços já alcançados pelo setor, mas apontou que ainda existe um grande espaço para evolução, principalmente quando se considera a realidade de pequenos e médios produtores rurais, público prioritário das ações do SENAR. Ele

mencionou que muitas tecnologias já estão acessíveis, mas o desafio é fazer com que cheguem à base produtiva com eficiência e permanência. Ao longo da intervenção, observou também que a adoção de tecnologias depende frequentemente de mudança de cultura e de construção



de conhecimento dentro da porteira. Destacou que o pecuarista só incorpora novas práticas quando entende seus benefícios econômicos, e por isso defendeu a importância de ações estruturadas de capacitação e demonstrações práticas em campo. Bruno reforçou que a missão institucional do SENAR é exatamente essa: treinar, orientar, acompanhar e fortalecer a tomada de decisão técnica do produtor, promovendo produtividade e melhor manejo de recursos.

Seguindo para o fechamento, o deputado José Lacerda trouxe a profundidade institucional típica de sua participação nas sessões anteriores, mas agora com um tom mais introspectivo e autoconsciente. Lacerda recordou que a CST vinha acumulando um impressionante volume de diagnósticos, informações, relatos e constatações, mas que esse acúmulo, por si só, não gera política pública. Segundo ele, o conhecimento disperso precisa ser convertido em narrativa estruturada, e a narrativa estruturada precisa ser convertida em agenda, e a agenda, por sua vez, precisa se transformar em instrumentos concretos, como projetos de lei, programas estaduais, convênios e resoluções. Essa fala de Lacerda é, essencialmente, uma cartilha de formulação de políticas públicas, e coloca a CST diante da exigência de maturidade institucional: chegou a hora de estruturar a síntese.

Lacerda também reforçou a necessidade de envolver as secretarias municipais de agricultura, repetindo e ampliando o argumento de Flávio. Ele apresentou uma visão sistêmica: a genética é um tema que atravessa diferentes dimensões — produtiva, ambiental, fiscal, tecnológica, social — e somente a articulação entre Estado, municípios e entidades conseguirá produzir efeitos de grande escala. Não basta que o governo estadual entenda a importância; é indispensável que os municípios se vejam como parte da política pública da genética, porque são eles que conhecem a realidade concreta do pequeno produtor, a topografia, as limitações locais e as prioridades regionais. Na visão do deputado, sem essa integração territorial, qualquer política será parcial, limitada ou meramente declaratória.

A fala de Lacerda indicou um amadurecimento notável: ele reconhece que a CST é uma “câmara temática” e, portanto, não tem poder executivo, não tem orçamento próprio e não tem poder normativo direto. Mas ela tem o que é mais importante: poder de agenda, capacidade de articulação e legitimidade para formular uma política pública. A fala do deputado evidenciou que ele entende o papel político da Câmara como aquele



que organiza, sintetiza, orienta e empurra o sistema, conectando pesquisadores, produtores, secretarias, entidades e poder público.

De fato, ao final da reunião, Lacerda estabeleceu uma linha clara: a partir da 4ª reunião, a CST deve avançar em frentes temáticas específicas — comissões ou grupos estruturados que abordem, de forma particularizada, os grandes eixos que emergiram das primeiras sessões: genética e melhoramento; assistência técnica; instrumentos financeiros; governança e articulação institucional; políticas de mercado e comercialização de touros; e integração territorial com municípios. Embora essas frentes não tenham sido formalmente instituídas na 3ª sessão, o consenso sobre sua necessidade foi construído de maneira sólida.



4ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 09 de junho de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Oscar Soares

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio dos sítios de Internet:

<https://www.youtube.com/live/pByIEHrWKT4>

Tema Central: *Fundiária, Titulação e o Direito: Sem Terra Legal, Não Há Genética Possível*

A 4ª reunião ordinária da Câmara Setorial Temática dos Zebuínos teve início com a fala de abertura do presidente Deputado José Lacerda. Em seguida passou à condução ao relator Alexandre El Hage, que agradeceu a presença dos participantes, fez referência ao andamento da CST até o momento e registrou que os trabalhos estavam avançando para uma nova etapa de aprofundamento institucional. Alexandre mencionou o plano de dar continuidade às discussões sobre melhoramento genético e reforçou que a Câmara vinha obtendo boa participação técnica e integração de órgãos públicos e entidades do setor. Ele então passou a palavra ao Juliano Ponce, responsável pela condução formal dos trabalhos.

Juliano seguiu reconhecendo a importância do colegiado e afirmou que o trabalho desenvolvido até ali já demonstrava a necessidade de transformar conhecimento técnico em política pública. Registrou a presença dos membros e colocou em pauta a participação de



convvidados responsáveis por apresentar dados sobre regularização fundiária e estrutura institucional. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Danilo Fernandes, representante do INTERMAT, convidado para apresentar um panorama sobre titulação, georreferenciamento e regularização fundiária no estado. Após cumprimentar os presentes, Danilo iniciou sua fala explicando que o INTERMAT é o órgão estadual responsável pela administração de terras públicas e pela execução de processos de

regularização dominial, titulação de posse e emissão de certidões imobiliárias. Destacou que grande parte das propriedades rurais de Mato Grosso ainda está em situação documental incompleta, o que limita o acesso a crédito rural, programas governamentais e políticas de desenvolvimento produtivo. Danilo apresentou, então, os números oficiais do último exercício operacional do Instituto, informando que o órgão executou 4.432 produtos fundiários emitidos, o que contempla títulos, certidões e outros documentos de natureza cartorial vinculados à regularização. Em seguida, detalhou que foram emitidas 1.601 certidões, analisados 877 processos de usucapião, formalizados 847 títulos definitivos e regularizados 112.000 hectares de área territorial.

Ele explicou que tais números representam avanço, mas ainda estão muito distantes da demanda reprimida existente no estado, que supera dezenas de milhares de propriedades aguardando legalização. Em sua apresentação, Danilo descreveu o fluxo administrativo interno necessário



para regularizar uma área rural. Segundo ele, o processo envolve etapas como protocolo, vistoria técnica, conferência cartográfica, análise jurídica, elaboração de parecer, encaminhamento à Procuradoria, aprovação interna e, em muitos casos, consentimento legislativo. Também explicou que áreas inseridas em zona de fronteira, unidades de conservação ou territórios de domínio público demandam trâmites mais extensos e avaliação técnica detalhada, o que aumenta o tempo de execução.

O representante do INTERMAT destacou que o instituto trabalha em duas frentes principais:

1. regularização individual, aplicável a pequenos e médios produtores que buscam reconhecer posse consolidada;
2. regularização coletiva, voltada a comunidades organizadas, perímetros rurais maiores ou glebas que envolvam múltiplas famílias.

Ele reforçou que, em ambos os casos, o título definitivo é a ferramenta que dá segurança jurídica à propriedade e permite que o produtor ingresse em políticas públicas relacionadas a crédito rural, recuperação de pastagens, programas de melhoramento genético e acesso a linhas de financiamento para touros, matrizes e infraestrutura. Danilo ainda declarou que muitos processos não avançam por falta de documentação mínima por parte do produtor, citando exemplos como ausência de georreferenciamento, documentos pessoais incompletos e pendências ambientais vinculadas ao CAR. Ele afirmou que o INTERMAT tem trabalhado na padronização documental e no atendimento direto aos produtores, porém reforçou que o volume de solicitações é muito superior à capacidade operacional atual. Segundo ele, a alta demanda é reflexo histórico — áreas ocupadas há décadas ainda aguardam reconhecimento formal. Ao concluir sua fala, Danilo afirmou que o avanço da pecuária em Mato Grosso depende, necessariamente, da regularização fundiária, porque o produtor não investe em genética, tecnificação ou intensificação de pastagem se não possui título. Encerrando, colocou o INTERMAT à disposição da CST e se declarou aberto para orientar novos encaminhamentos e formas de integração entre o instituto e o setor produtivo.

Após a apresentação de Danilo Fernandes pelo INTERMAT, Juliano abriu espaço para a fala de Tássio Bizelli, representante do IMAC (Instituto Mato-grossense da Carne), convidado para esclarecer o funcionamento e o alcance do PREM (Programa de Reinscrição e Monitoramento), destinado a produtores que possuem pendências ambientais e desejam retomar acesso pleno aos canais formais de comercialização. No início de sua fala, Tássio cumprimentou a mesa e os participantes da CST, contextualizando que muitas propriedades rurais ainda encontram restrições comerciais por não estarem regularizadas ambientalmente, motivo pelo qual o PREM foi criado como ferramenta



oficial de reintegração. Ele explicou que o programa se destina a produtores com embargos ambientais ativos e que desejam retornar à condição de conformidade. Para isso, o IMAC estabelece etapas que incluem apresentação de documentos, comprovação de recuperação ambiental ou compensação de passivo, regularização de Reserva Legal e APP, assinatura de termo de compromisso e comprovação de execução das medidas corretivas propostas no plano de adequação. Segundo Tasso, uma vez cumpridas as exigências técnicas, o produtor passa a ter autorização formal para voltar a comercializar com frigoríficos e outros compradores do mercado. Tássio esclareceu ainda que produtores com propriedades maiores que 15 módulos fiscais não têm direito à isenção de penalidades, mas podem ingressar no programa mediante comprovação de regularização e apresentação de garantias de recuperação ambiental. Para propriedades abaixo desse limite, há possibilidade de flexibilização e atendimento diferenciado, desde que documentado e tecnicamente embasado. Ele reforçou que o objetivo não é punir o produtor, mas regularizar, reinserir e garantir sustentabilidade produtiva dentro da legalidade ambiental. Durante a explanação, o representante do IMAC destacou que o êxito do PREM depende também de atuação do setor privado, especialmente frigoríficos, que podem auxiliar indicando produtores irregulares e ajudando a orientar



na formalização da entrada no programa. Tasso observou que, embora o instrumento seja considerado eficiente, o número de adesões ainda é pequeno diante do universo de propriedades passíveis de reintegração ambiental. Ele citou que, ao longo de quatro anos operacionais,

106 propriedades foram inseridas no PREM, número considerado tímido frente ao potencial real do estado.

Em seguida, Tássio reforçou que o IMAC está empenhado em ampliar a divulgação do programa, pois muitos produtores desconhecem a existência do PREM ou não sabem quais documentos são exigidos para iniciar o processo. Ele reafirmou que a reinserção ambiental é decisiva para garantir segurança jurídica e continuidade da

atividade econômica, especialmente para quem deseja investir em genética,



intensificação de pastagem e melhoria de produtividade. Também demonstrou disposição para apoiar a CST no encaminhamento institucional de ações voltadas à comunicação, orientação técnica e expansão do acesso ao programa. Encerrando, Tássio reiterou que o IMAC mantém equipe técnica

preparada para atender produtores, orientar a documentação necessária e conduzir processos de forma transparente, com foco na regularização e na sustentabilidade do setor pecuário. Manifestou-se à disposição da Câmara para aprofundar discussões futuras e integrar esforços com outras instituições do Estado, reforçando que regularização ambiental e avanço tecnológico são movimentos complementares, não conflitantes.

Encaminhando para o encerramento, a mesa reafirmou que a temática fundiária e ambiental iria permanecer em pauta nas reuniões seguintes, por ser determinante para execução futura de qualquer política de melhoramento genético. O presidente finalizou agradecendo a presença dos convidados, registrou a importância da integração entre INTERMAT, IMAC e demais agentes.



5ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 23 de junho de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Oscar Soares

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio dos sítios de Internet:

<https://www.youtube.com/live/PrI4xX8NFPE>

Tema central: CAR, Governança Ambiental, Estruturas de Crédito e Inclusão Produtiva

A 5ª reunião ordinária da Câmara Setorial Temática foi aberta pelo presidente Dr. José Lacerda, que cumprimentou os membros presentes, agradeceu a continuidade dos trabalhos e reforçou que o objetivo central da sessão seria



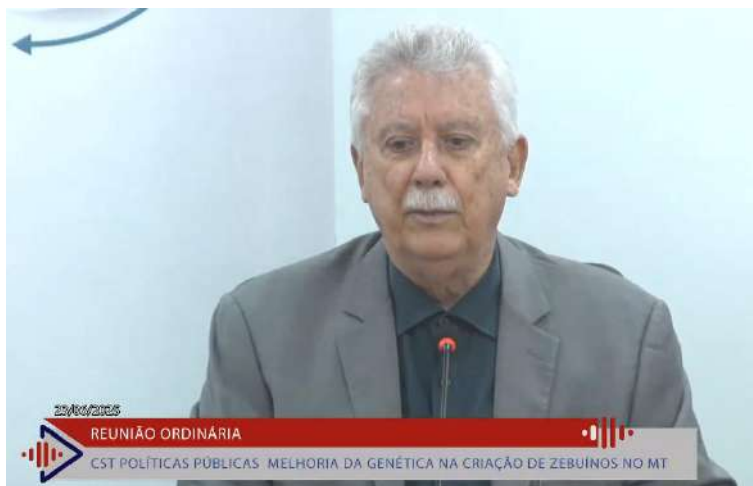
aprofundar discussões técnicas relacionadas à pecuária de corte, com destaque para manejo de pastagem, suplementação estratégica, eficiência nutricional e uso de tecnologia aplicada ao desempenho animal. Após a abertura, passou a palavra ao membro Juliano Ponce que registrou os participantes presentes à mesa e confirmada a ordem dos expositores do dia. O relator da CST, Alexandre El Hage, cumprimentou os presentes da mesa e participantes on-line e destacou alguns atributos da raça Nelore. O Nelore é um exemplo notável de adaptação e resiliência, prosperando em ambientes desafiadores como o estado Mato Grosso. Sua capacidade de converter alimento em carne de forma eficiente não apenas destaca sua importância econômica, mas também seu potencial para contribuir para uma pecuária mais sustentável. Ao integrar a raça Nelore no sistema de maneira sustentável, podemos promover a conservação do solo, a biodiversidade e o uso eficiente dos recursos naturais. A Nelore não é apenas uma raça de gado, é um símbolo de resistência e produtividade e harmonia com o meio ambiente. Vamos celebrar a raça Nelore trabalhar juntos e garantir que sua criação seja uma força positiva para o nosso estado e para o nosso Brasil, preservando a beleza natural do estado Mato Grosso e garantindo um futuro próspero para gerações vindouras. Em

seguida o presidente Dr. José Lacerda, fez algumas ponderações em relação colocar em relação à Secretaria de Meio Ambiente. O primeiro que meio ambiente virou no mundo não só ciência, mas também ideologia, isso acaba prejudicando todo o sistema universal. De um lado, o controle ambiental que é

necessário, que é fundamental e que é necessário. Do outro lado, a área produtiva também é fundamental e é necessária. Não existe vida humana sem alimentos e sem produção, sem geração de emprego e sem geração de renda.

Em seguida passou a palavra ao membro Juliano Ponce que fez o relato dos trabalhos da CST e, dando sequência, passou-se à primeira palestra proferida pela Sra. Luciana Copete, Secretária Adjunta de Gestão Ambiental da SEMA, que iniciou cumprimentando os membros da Câmara, autoridades presentes e o público que acompanhava a transmissão. Ela agradeceu oficialmente o convite e afirmou que considerava importante que o debate sobre pecuária de corte fosse acompanhado de discussões estruturadas sobre regularização ambiental e CAR, pois ambos são temas inseparáveis quando se trata de produção rural em Mato Grosso. Luciana iniciou explicando que o Cadastro Ambiental Rural — CAR foi instituído pelo Código Florestal como instrumento obrigatório para todos os imóveis rurais do país, sendo

responsável por registrar informações geoespaciais sobre Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal, remanescentes de vegetação nativa, áreas consolidadas e áreas de uso alternativo do solo. Ela destacou que o CAR passou a ser, na prática, o ponto de partida para qualquer processo ambiental, pois é a partir dele que o



Estado conhece a situação territorial e o grau de conformidade legal de cada propriedade.

Em seguida, Luciana apresentou números relacionados ao cenário de cadastros em Mato Grosso, indicando que o Estado possui um dos maiores volumes de CAR do país. No entanto, observou que existe uma diferença considerável entre propriedades cadastradas e propriedades analisadas/validadas, o que representa um dos maiores desafios operacionais da Secretaria. Essa diferença se deve ao grande número de registros e à necessidade de análise técnica individualizada, que inclui interpretação de mapas, cruzamento de dados fundiários, identificação de sobreposições com terras indígenas, unidades de conservação ou áreas embargadas. Ao avançar na explicação, ela

destacou que a SEMA tem adotado procedimentos de modernização e automação, implementando ferramentas digitais de análise automática, priorização por critérios de risco e sistemas de georreferenciamento que agilizam a conferência dos cadastros. Afirmou



que esse aprimoramento é importante porque a regularização ambiental não é apenas burocrática — ela define se o produtor terá acesso a crédito rural e mercado comprador. Em diversos momentos, reforçou que sem CAR validado o produtor encontra barreiras comerciais, principalmente com frigoríficos que exigem conformidade ambiental para compra de animais abatidos. Luciana também comentou que o processo de validação do CAR tem ligação direta com programas de restauração ambiental, inclusão produtiva e segurança jurídica, e que muitos produtores só conseguem ingressar em políticas públicas, financiamento agrícola ou certificações de sustentabilidade após regularização completa. Ela frisou que a SEMA não tem interesse em penalizar produtores, mas sim regularizar, orientar e integrar aqueles que desejam produzir de forma adequada à legislação. Seu discurso conduziu à ideia de que o Estado busca conformidade produtiva e ambiental simultaneamente, e não excludentes.

Antes de concluir, Luciana reafirmou a disposição da SEMA em colaborar com a CST em agendas futuras e se colocou à disposição para compartilhar dados mais técnicos sobre validação de CAR, processos de análise e entraves que ainda dificultam o avanço da regularização. Ela encerrou agradecendo novamente o espaço, reforçando a importância de integração entre SEMA, setor produtivo e Assembleia Legislativa, e devolveu a palavra à mesa para sequência da reunião.

Após a explanação de Luciana Copete (SEMA), o presidente da mesa passou a palavra ao representante do DESENVOLVE MT, Hélio Tito Simões de Arruda, Diretor de Desenvolvimento e Crédito da instituição. Ao iniciar sua fala, Hélio cumprimentou os membros da Câmara, agradeceu a oportunidade de participar da reunião e destacou que considerava importante apresentar à CST as linhas de crédito disponíveis especialmente para o setor pecuário, com foco em aquisição de matrizes e reprodutores, melhoramento genético, sistemas produtivos e inovação nas propriedades. Hélio iniciou explicando que o MT Desenvolve é uma instituição financeira pública estadual, voltada para oferecer crédito em condições acessíveis para produtores de Mato Grosso, especialmente para pequenos e médios, que muitas vezes enfrentam dificuldade de acesso às linhas comerciais dos bancos tradicionais. Ele afirmou que o objetivo do órgão é impulsionar o desenvolvimento produtivo por meio de financiamentos que permitam investir em genética, infraestrutura, tecnologia, manejo e eficiência produtiva nas fazendas.



Na sequência, o representante detalhou que existem linhas específicas de financiamento destinadas à pecuária, incluindo crédito para compra de vacas, touros melhoradores, sêmen, embriões, equipamentos, tecnologia e insumos, além de financiamentos para manejo de pastagem, implantação de irrigação e intensificação produtiva. Hélio destacou que esses recursos podem ser aplicados diretamente para melhoria da produtividade do rebanho, redução do ciclo de engorda e aumento da taxa de prenhez — temas alinhados à pauta estrutural da CST. Ele explicou ainda que os

financiamentos do MT Desenvolve têm condições diferenciadas, com juros abaixo das taxas de mercado e prazos que permitem ao produtor investir com tranquilidade até que o retorno produtivo seja alcançado. Também ressaltou que o acesso ao crédito depende de situação documental regular da propriedade, incluindo registro, documentação fiscal e conformidade ambiental, o que reforçou o vínculo entre o tema da reunião — CAR — e a estrutura de financiamento rural. Durante sua fala, Hélio mencionou que o crédito rural estadual tem potencial para crescer, mas ainda encontra limitações relacionadas tanto à documentação dos produtores quanto à falta de difusão de informações. Ele observou que muitos pecuaristas ainda desconhecem as linhas disponíveis ou não apresentam as condições documentais mínimas para contratação imediata. Por isso, destacou a importância de ações conjuntas com instituições como o SENAR, Sindicatos Rurais, FAMATO e SEMA, de modo que o crédito acompanhe a evolução técnica e ambiental das propriedades.

Após a exposição introdutória de Hélio César solicitou que Wilson Andrade, gerente de projetos da instituição, tomasse assento para dar continuidade às explicações. Hélio afirmou que Wilson é o responsável direto pela estruturação e desenho dos programas e por isso apresentaria, com mais detalhes, as linhas de crédito rural disponíveis para o setor pecuário, especialmente voltadas ao pequeno produtor. A fala foi então formalmente transferida, e Andrade iniciou sua intervenção cumprimentando a todos e agradecendo o convite para comparecer à Câmara Setorial. Wilson iniciou sua apresentação explicando que a Desenvolve MT é uma instituição financeira do Estado,

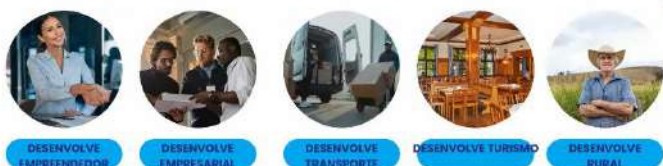


com atuação estruturada no fomento econômico e operação de crédito regulamentado. Ele reforçou que o crédito rural no Brasil segue regras rígidas, baseadas em legislação específica, da mesma forma que o CAR regula a área ambiental, o sistema financeiro regula o crédito formal por meio de normas e exigências. Afirmou que atuar fora dessas exigências colocaria tanto o produtor quanto a instituição em situação irregular, sujeita

a riscos legais e operacionais. Ao prosseguir, explicou que o MT Desenvolve iniciou sua operação no crédito rural apenas no ano passado, ainda de forma inicial, mas com expansão acelerada desde então. Destacou que, por ser uma instituição pública estadual, não um banco nacional, a Desenvolve tem maior capacidade de modelar programas adequados à realidade regional, considerando limitações e necessidades específicas de Mato Grosso. Diferentemente de grandes bancos federais, que trabalham com regras uniformes para todo o país, a Desenvolve pode criar projetos próprios

LINHAS DE CRÉDITO

A Desenvolve MT oferece um amplo leque de linhas de financiamento para ampliação, modernização, aumento da capacidade produtiva, implantação de empreendimentos, com juros e prazos de pagamento que podem chegar até 10 anos.



20 ANOS
DESENVOLVE MT
Mato Grosso

alinhados à demanda do território estadual. Durante a exposição, Wilson discorreu sobre o funcionamento interno da Desenvolve, explicando que a instituição financia diversos setores, como turismo, indústria, serviços, empreendimentos e

operações rurais. Ele destacou que há linhas de crédito voltadas para financiamento em pessoa jurídica e produtor rural, esclarecendo que a Desenvolve não opera com pessoa física, mas com produtores formalizados ou constituídos empresarialmente. Informou ainda que as linhas de crédito podem contemplar aquisição de insumos, equipamentos, infraestrutura e investimentos produtivos. Wilson reforçou que a Desenvolve possui capacidade de criar programas direcionados conforme política de Estado, desde que exista previsão legal e fonte de recurso. Explicou que, quando o Estado coloca orçamento vinculado a um programa específico — como Fundo Florestal, Fundez, Fundaf ou outros — a Desenvolve pode operar o crédito com risco assumido pelo fundo ou pelo próprio banco, dependendo do formato modelado. Nesse caso, a instituição estabelece taxas, condições e exigências documentais conforme o enquadramento jurídico da linha e fonte financeira utilizada. Por fim, Wilson reforçou que, mesmo com programas adequados, o crédito só alcança o pequeno produtor quando há documentação regular, destacando novamente a importância da integração com CAR, informações cadastrais atualizadas e gestão produtiva mínima. Ele reafirmou que o objetivo da Desenvolve é apoiar desenvolvimento rural, mas que a segurança documental é requisito indispensável para liberação de recursos. Encerrando sua contribuição, Wilson

agradeceu o espaço e permaneceu à disposição para esclarecimentos adicionais na etapa de perguntas.

Encerrando sua exposição, Hélio colocou o MT Desenvolve à disposição da Câmara Setorial, afirmou que a instituição está aberta para dialogar com o setor e contribuir com políticas voltadas ao

melhoramento genético, e reforçou que a integração entre crédito rural e regularização ambiental é decisiva para o desenvolvimento sustentável da pecuária mato-grossense.

Concluída as participações, o presidente da mesa abriu espaço para manifestações dos membros e convidados. Iniciaram-se então comentários e questionamentos do plenário, que passaram a tratar principalmente de duas frentes: viabilidade de acesso ao crédito rural, possíveis entraves documentais que impedem pequenos produtores de solicitar financiamento. Os presentes observaram que muitos produtores não conseguem acessar recursos financeiros por ausência de documentos essenciais, especialmente CAR validado, registro fundiário e conformidade fiscal. Houve relatos de que, frequentemente, pequenos produtores procuram crédito, mas descobrem no processo que não possuem documentação mínima para habilitação. Alguns participantes pontuaram que o desconhecimento das exigências contribui para o baixo número de contratações e que seria necessário orientação prévia antes da tentativa de financiamento.

Na sequência, representantes da Desenvolve e da SEMA voltaram a dialogar sobre essa relação entre regularização ambiental e acesso a financiamento, reforçando que nenhum órgão pode liberar crédito rural sem que o imóvel esteja enquadrado legalmente — tanto sob aspecto fundiário quanto ambiental. Wilson destacou que a Desenvolve tem autonomia para modelar programas, mas não pode ultrapassar exigências bancárias e legais para liberar recursos.

Outros participantes intervieram para propor que a Câmara Setorial busque integração de políticas envolvendo a Desenvolve, SEMA, INTERMAT e SENAR, sugerindo que orientação técnica seja levada aos produtores na base — antes de eles buscarem



crédito. Mencionou-se a possibilidade de criação de um fluxo institucional onde o produtor primeiro organiza a documentação, depois acessa assistência técnica e, por fim, solicita financiamento. Essa fala foi acompanhada de concordância geral.

A discussão seguiu com reforço de que a regularização documental não deve ser entendida como obstáculo, mas como requisito para crescimento produtivo, e que a falta de informação é hoje um gargalo maior que o recurso em si. Ficou claro no debate que parte dos produtores não é impedida por falta de dinheiro disponível, mas sim por ausência de estrutura legal para enquadramento.

Após as considerações finais do plenário, o presidente retomou a palavra, agradeceu a presença dos representantes da SEMA e do MT Desenvolve e registrou que o tema do CAR e do crédito rural permanecerá em pauta por sua relevância estratégica para o avanço da genética zebuína no estado. Com isso, a sessão foi encerrada formalmente, ficando aberta a continuidade dos trabalhos em reunião subsequente.



6ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 07 de julho de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Sarita Baracat

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio dos sítios de Internet:

<https://www.youtube.com/live/UZtX66NHu4E>

Tema Central: *A ultrassonografia de carcaça como tecnologia estratégica e o desafio de democratizar essa inovação para os pequenos e médios produtores*

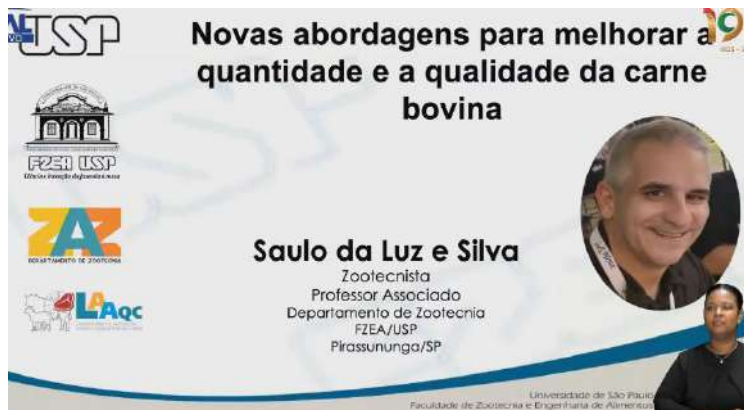
A sexta reunião ordinária da Câmara Setorial Temática dos Zebuínos foi marcada por uma mudança de patamar intelectual, tecnológico e político. Se nas sessões anteriores a CST discutiu genética, nutrição, CAR, crédito, governança fundiária e regularização ambiental, nesta reunião emergiu, pela primeira vez com clareza, a ferramenta capaz de transformar conhecimento em resultado concreto: a ultrassonografia de carcaça. A partir da palestra do professor Saulo Luiz Silva, consolidou-se o entendimento de que o Estado do Mato Grosso não precisa descobrir como melhorar o Nelore, isso o Brasil já fez, mas sim descobrir como acelerar esse melhoramento e fazê-lo chegar aos produtores. Nesse sentido, ultrassom deixa de ser técnica e passa a ser política.

A reunião se iniciou com fala de Alexandre El Hage, compondo a mesa de trabalho e contextualizando o Nelore não apenas como animal, mas como símbolo cultural, econômico e identitário do Mato Grosso — raça que moldou a formação territorial e que sustenta a produção de proteína do Estado, consolidando sua relevância nacional e global. Em sua fala, Alexandre recuperou a memória de Jonas Pinheiro e o papel histórico da defesa da pecuária, compondo o sentido de continuidade que a CST assume ao traduzir passado produtivo em futuro tecnológico. Esse tom histórico abriu espaço para que Juliano, membro do colegiado, retomasse os caminhos



percorridos até aqui: genética, biotecnologia, avaliação do rebanho, entraves fundiários e ambientais, CAR, regularização, acesso ao crédito, participação dos frigoríficos. E, finalmente, chegou o tempo da mensuração. A genética só avança se puder ser medida; a carcaça só melhora se puder ser quantificada. É nesse exato eixo que a ultrassonografia se instala como chave do progresso.

Para tratar desse tema o convidado foi professor Saulo Luiz Silva, da Universidade



de São Paulo com a apresentação “Novas abordagens para melhorar a quantidade e a qualidade da carne bovina. Prof. Luz Silva iniciou sua apresentação agradecendo o espaço e declarou que faria um resumo estruturado sobre perspectivas de

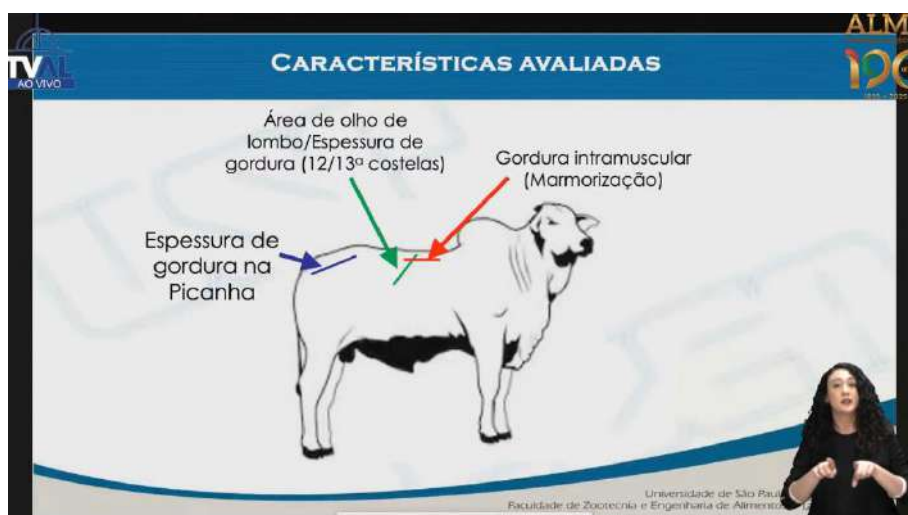
produção e consumo de carne no Brasil e no mundo. Informou que sua fala se dividiria em três frentes principais:

- projeções de demanda global e nacional por carne,
- caminhos para aumentar quantidade e qualidade de produção,
- uso da ultrassonografia para seleção e melhoramento de carcaça.

Ele abriu afirmando que era necessário compreender a pecuária para além da genética isolada, analisando o contexto econômico global para que as decisões de seleção e tecnologia fossem integradas à demanda real do mercado. Em seguida, projetou gráficos com dados internacionais, explicando que a pecuária brasileira está inserida em um mercado competitivo e dinâmico, onde proteínas alternativas crescem, especialmente frango e suíno, mas a carne bovina permanece com papel estratégico. Isso significa, segundo ele, que o desafio do futuro não será apenas produzir mais animais, e sim produzir mais e melhor, com carcaças superiores, acabamento adequado e maior rendimento por hectare. Saulo explicou que o consumo de carne cresce em países em desenvolvimento e permanece estável em nações já maduras em renda, mas que o Brasil ocupa posição diferenciada pois é tanto grande consumidor quanto maior

exportador mundial. Assim, se o país quiser manter protagonismo, será necessário migrar gradualmente do modelo extensivo tradicional para sistemas de maior eficiência. Ele então destacou a transição histórica: primeiro aumentamos produção abrindo novas áreas; depois otimizamos manejo; e agora estamos na fase em que a base do progresso depende de genética, nutrição e tecnologia de avaliação. Segundo ele, “não basta produzir touros bons — é preciso saber identificá-los e multiplicá-los”.

Em seguida, ele listou as principais características avaliadas na produção de carne



bovina: peso ao nascer, peso ao desmame, peso ao **sobreano**, ganho médio diário (GMD), área de olho de lombo (AOL), espessura de gordura subcutânea e marmoreio intramuscular. Cada uma, explicou, tem impacto

direto no desempenho econômico. Peso ao nascer afeta segurança no parto; peso ao desmame indica eficiência materna; **sobreano** prevê desempenho futuro; AOL reflete rendimento real de cortes nobres; gordura define conservação e acabamento; e marmoreio determina qualidade sensorial, maciez, suculência e sabor. Ele exibiu imagens e tabelas demonstrando que carcaças com maior marmoreio atingem preços superiores em mercados premium, enquanto animais tardios ou com acabamento insuficiente perdem competitividade.

Após estabelecer o conceito de valor econômico de cada característica, Saulo avançou para o coração de sua apresentação: a ultrassonografia de carcaça como ferramenta prática de seleção. Explicou que o ultrassom permite visualizar o interior da musculatura do animal vivo, identificando precocemente aqueles com maior AOL, mais marmoreio ou acabamento equilibrado. Destacou que países líderes em qualidade utilizam essa tecnologia há anos, enquanto no Brasil o uso ainda é restrito a núcleos de seleção genética. Ressaltou, porém, que a técnica é acessível, não invasiva, rápida e

muito precisa, o que a torna ferramenta viável para ampliar o ganho genético real do rebanho mato-grossense.

Saulo descreveu detalhadamente o protocolo de coleta: o técnico posiciona o transdutor no ponto anatômico correto, higieniza a área, aplica gel condutor e captura as imagens padronizadas. A leitura permite identificar espessura de gordura, marmoreio e AOL com precisão mensurável. Com base nisso, o criador consegue selecionar reprodutores geneticamente superiores com maior segurança, evitando



decisões visuais e garantindo que o rebanho avance com base em dados reais. Ele reforçou que o ultrassom reduz erros de seleção e acelera o progresso de gerações, porque identifica animais superiores em idade jovem, antes do abate, economizando tempo e recursos. Ele comparou duas abordagens produtivas:

- seleção sem ultrassom → depende da aparência, aumenta risco de escolher animais esteticamente bons mas geneticamente medianos.
- seleção com ultrassom → identifica precocemente quem realmente entrega carne, rendimento e qualidade.

E concluiu que o futuro da pecuária brasileira exige a segunda abordagem. Destacou que a ferramenta permite construir rebanhos mais homogêneos, com mais rendimento de cortes nobres, maior maciez e marmoreio padronizado — tudo medido, registrado e comprovado. Nos minutos finais, incentivou produtores e gestores presentes a considerar a ultrassonografia como investimento estratégico, afirmando que a técnica pode se tornar o ponto de virada na seleção zebuína se houver integração entre pesquisa, extensionismo e políticas de incentivo.

Após a palestra, o relator Alexandre El Hage abriu para discussões. A indústria frigorífica representada, nessa reunião ordinária da CST, por Sonair da JBS e José Rafael da Minerva, confirmaram empiricamente o que a ciência apresentou academicamente. Dados foram lançados sem retórica: rendimento de carcaça no Brasil subiu de 232 kg

para 270 kg em vinte anos, abates acima de 36 meses caíram de maioria para minoria, mas apenas cerca de 20% dos produtores trabalham com genética selecionada, o restante ainda opera com base heterogênea, touros sem avaliação, produtividade limitada. Há uma elite genética empurrando a fronteira do possível, enquanto uma massa produtiva grande, numerosa e essencial permanece atrasada. A pergunta política emerge naturalmente: como aproximar esses dois mundos? Quem vocalizou essa pergunta com mais precisão foi Ida Beatriz, da Acrimat. Trazendo o dado mais duro da reunião, ela lembrou que 89% dos produtores mato-grossenses possuem menos de 500 cabeças. São eles que geram o bezerro, são eles que abastecem o ciclo, são eles que sustentam o volume da pecuária, e são exatamente eles que não recebem ultrassom, não têm acesso a medição de carcaça, não conseguem contratar avaliação, não conseguem entrar na era da seleção objetiva. Se a tecnologia não chegar a esse produtor, não haverá salto sistêmico. É possível que a elite genética evolua, mas Mato Grosso como potência continuará limitado. A partir dessa fala, a CST entendeu com clareza que o problema da genética não é só desenvolver, mas é democratizar a evolução da genética na pecuária.



Nesse momento, Olímpio trouxe, em linguagem simples e contundente, a confirmação prática do que o professor Saulo havia demonstrado: a ultrassonografia muda rebanho, rápido, profundamente e com precisão. Mas alertou: ciência não basta; é preciso multiplicar. E multiplicar não é tarefa espontânea, é tarefa de Estado. Falta escala pública, falta programa, falta política reprodutiva estadual que permita que o que é feito na elite genética se torne realidade massificada no pequeno. A fala de Olímpio, embora curta, conectou teoria a campo, laboratório a curral, academia a fazenda. O que o ultrassom revela, a política precisa expandir.

Após ser convidado a se manifestar, o Sr. Marcos, agradeceu a oportunidade, enviou saudações aos presentes e destacou que a ultrassonografia de carcaça, se trata de uma ferramenta fantástica que deveria ser amplamente implantada nas propriedades

rurais do Mato Grosso e do Brasil. Para ilustrar a importância da tecnologia, ele estabeleceu um paralelo com a agricultura, dizendo que a ultrassonografia para a pecuária seria equivalente ao plantio direto para o cultivo agrícola, uma inovação capaz de transformar sistemas produtivos e gerar ganhos expressivos. A ultrassonografia proporciona ganhos concretos na pecuária ao permitir seleção mais precisa e eficiente.



Marcos reforçou que o uso dessa ferramenta deve ser pensado de forma integrada, envolvendo toda a cadeia produtiva. Destacou, em especial, que a indústria frigorífica tende a ser uma das maiores beneficiadas quando o produtor passa a utilizar ultrassonografia de

maneira rotineira, pois isso resulta em animais com maior rendimento de carcaça. Para exemplificar, mencionou que, conforme apresentado na sessão, a utilização da técnica pode elevar o rendimento de carcaça em 10%, 15% ou até 20%. Ele observou que esse impacto, quando aplicado a um frigorífico que abate cerca de mil animais por dia, representa um ganho substancial, sem que a planta industrial precise alterar qualquer fase do seu processo de abate, apenas recebendo animais superiores. Em sua fala Marcos, destacou ainda experiências institucionais: citou que o SENAR da Bahia conduziu um projeto piloto envolvendo ultrassonografia em pequenas propriedades, obtendo resultados muito positivos ao longo do tempo. Acrescentou que o SENAR Mato Grosso também está desenvolvendo um projeto piloto para incorporar a ultrassonografia como critério de seleção em propriedades de gado comum.

Após o convite feito pela mesa, Chico Manzi, representando a ACRIMAT, iniciou sua participação cumprimentando todos e reconhecendo a importância do debate promovido pela reunião, enfatizando que os temas discutidos, especialmente os relacionados ao melhoramento genético, ferramentas de avaliação e impactos econômicos e produtivos para a pecuária mato-grossense, são fundamentais para o setor e coerentes com as preocupações permanentes da ACRIMAT. Ele destacou que acompanhava atentamente as exposições anteriores e que várias delas dialogavam

diretamente com agendas prioritárias da entidade, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento da competitividade, à qualificação da produção e à necessidade de aproximar o produtor das tecnologias disponíveis. Ao final, Chico agradeceu novamente pelo espaço concedido e colocou a ACRIMAT à disposição para colaborar com as discussões da Câmara, reforçando que a entidade vê com bons olhos a articulação promovida pela CST e reconhece sua relevância para o desenvolvimento sustentável da pecuária mato-grossense.

Ao retomar a palavra, o relator Alexandre El Hage destacou que a grande finalidade da Câmara Setorial é definir uma rota estratégica para o futuro da pecuária em Mato Grosso, construindo orientações e diretrizes capazes de orientar políticas públicas e fortalecer o setor. Para ele, essa será a principal contribuição do trabalho coletivo conduzido pela CST.

Alexandre chamou atenção para um ponto crítico: a ausência do poder público estadual nas políticas de apoio à pecuária de corte. Com a palavra, Salvador recordou que, no passado, Mato Grosso possuía instituições robustas de suporte ao setor, que desempenhavam papel importante na assistência e no desenvolvimento rural. Todas essas estruturas foram



descontinuadas sem substituição adequada, criando um vazio institucional. Em contraste, citou Mato Grosso do Sul, que mantém forte presença estatal na pecuária e demonstra avanços significativos graças à integração entre governo e produtores.

O relator observou que, em Mato Grosso, a evolução da pecuária tem ocorrido essencialmente pela força dos produtores e da iniciativa privada, sem o devido acompanhamento ou estímulo governamental. Nesse sentido, afirmou que um dos maiores desafios desta Câmara será “despertar” o poder público, mobilizando-o para ações práticas.

Alexandre concordou com manifestações anteriores sobre a importância da união entre governo e setor produtivo. Mencionou que experiências bem-sucedidas de

outros estados demonstram que a sintonia entre políticas públicas, legislação ambiental organizada e participação ativa dos produtores gera desenvolvimento real. Reforçou que essa colaboração é essencial para criar ferramentas que permitam ao produtor permanecer na atividade com segurança e competitividade.

Ao final, Alexandre agradeceu a presença e contribuição de todos os participantes, citando nominalmente representantes de instituições, produtores e colaboradores da Câmara. Em seguida, declarou oficialmente encerrada a 6ª reunião ordinária da Câmara Setorial Temática de Políticas Públicas para o Melhoramento Genético de Raças Zebuínas no Estado de Mato Grosso.



7ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 04 de setembro de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Sarita Baracat

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio dos sites de Internet:

https://www.youtube.com/live/COhmUC5_c6Q

Tema Central: *Integração institucional e papel do poder público na consolidação da pecuária e do melhoramento genético em Mato Grosso.*

A 7ª reunião ordinária da Câmara Setorial Temática da Genética dos Zebuínos, realizada em 04 de setembro de 2025, iniciou-se com os cumprimentos da mesa e a retomada oficial dos trabalhos após o recesso parlamentar da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A condução inicial destacou a relevância da continuidade das discussões sobre o melhoramento genético e o papel estratégico da pecuária no estado.

O Presidente da CST Dr. José Lacerda abriu a sessão e passou a palavra ao membro Juliano Ponce, representando Alexandre El Hage, presidente da Associação dos Criadores de Nelore de Mato Grosso, que cumprimentou a mesa e



anunciou a retomada oficial dos trabalhos após o recesso parlamentar da Assembleia Legislativa de Mato Grosso. A condução inicial destacou a relevância da continuidade das discussões sobre o melhoramento genético e o papel estratégico da pecuária no estado. Também foi registrado um agradecimento ao Deputado Dr. João, autor do requerimento que criou a CST e responsável por abrir institucionalmente o espaço para esses debates técnicos e setoriais. Em seguida procedeu à composição da mesa por José João Bernardes (ACRIMAT), Leôncio Pinheiro (Membro), Salvador Santos (Membro/Gabinete legislativo), Rayane Cordeiro (Membro/ABCZ). Destacou também a presença de representantes do Fórum Agro.

Em seguida, Juliano fez a apresentação da a palestrante convidada Dra. Emília Rezende Freitas, advogada e tributarista, especialista em planejamento tributário, com



mais de 20 anos de experiência profissional e atuação acadêmica como mestranda em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas para proferir a palestra: A Reforma Tributária no Brasil com ênfase nos impactos da reforma tributária sobre a pecuária de Mato Grosso e do Brasil. A

palestrante Emília Rezende Freitas, com mais de duas décadas de atuação e mestranda em Direito Tributário pela FGV, iniciou sua apresentação destacando a importância e a urgência do tema. Explicou que a reforma tributária aprovada representa a maior reestruturação do sistema fiscal brasileiro em toda a história, com impactos diretos sobre o setor do agronegócio e, em especial, sobre a pecuária de Mato Grosso. Logo no início, enfatizou que a reforma foi comunicada ao público como um processo de simplificação, mas que sua implementação tende a provocar um aumento significativo de carga tributária, além de mudanças profundas no modelo de organização administrativa e contábil dos produtores. A transição, segundo ela, será complexa e exigirá atualização permanente.

Em seguida, Emília apresentou a nova estrutura tributária: a substituição dos tributos atuais por dois novos impostos: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). Ambos incidem de forma ampla sobre consumo, com poucas exceções. Ela



observou que grande parte dos produtos agropecuários hoje é isenta ou tributada com alíquota zero; contudo, com a reforma, esses itens passarão a ser tributados por uma alíquota reduzida, correspondente a 40% da alíquota cheia. Isso, segundo estudos já

divulgados, levará a um aumento estimado entre 10% e 12% na carga tributária da cadeia produtiva.

A palestrante detalhou que a legislação prevê essa redução no Artigo 138 da Lei Complementar, que lista produtos agropecuários e extrativistas no Anexo 9. Entretanto, apesar do nome “redução”, o efeito prático é elevação tributária, já que a base atual é muito inferior, ou inexistente, para muitos itens. Outro ponto destacado foi o novo regime de créditos tributários. A reforma estabelece que os créditos serão gerados tanto por compras de contribuintes (crédito ordinário) quanto por operações com produtores não contribuintes (crédito presumido). Todavia, Emília alertou que a política de ressarcimento desses créditos ainda está indefinida. Embora o texto constitucional garanta devolução mais rápida, não há regulamentação, gerando insegurança jurídica e operacional.

Emília chamou atenção especial para a situação do produtor rural pessoa física, que historicamente atuou sem necessidade de inscrição como contribuinte. Com a reforma, muitos desses produtores passarão a ter obrigações fiscais diretas,



incluindo emissão de documentos, escrituração e participação em regimes específicos de tributação. Essa mudança, segundo ela, pode ser uma das mais profundas e culturalmente desafiadoras para o setor.

Outro ponto sensível abordado foi o Artigo 251, que trata da incidência de IBS/CBS sobre arrendamento de imóveis rurais, tema que ampliará a tributação em operações que antes não eram alcançadas. Para Emília, trata-se de uma mudança estruturante que exigirá atenção especial de famílias rurais, cooperativas e empresas do setor. Ela destacou repetidas vezes que o ambiente atual é de transição, e que o setor terá que conviver simultaneamente com o sistema antigo e o novo por vários anos, até que as regras estejam totalmente implementadas e os sistemas de arrecadação e compensação estejam funcionando. Por isso, recomendou que produtores, sindicatos e entidades representativas acompanhem de perto todo o processo de regulamentação,

para evitar surpresas negativas e garantir que o setor possa se adaptar com segurança.

Em sua conclusão, Emília reforçou que a reforma trará:

- aumento de carga tributária,
- alterações de rotina administrativa,
- novas obrigações fiscais,
- responsabilização ampliada do produtor pessoa física,
- necessidade de readequação das operações comerciais.

A palestrante, reiterou que o momento exige atenção redobrada e “alfabetização tributária” por parte do setor, pois todas as cadeias produtivas — inclusive a pecuária de corte de Mato Grosso — sentirão os efeitos da reestruturação.

Encerrada a exposição técnica de Emília Rezende, o presidente da sessão abriu espaço para manifestações dos membros da Câmara Setorial e das entidades presentes.



O primeiro a se pronunciar foi José João Bernardes, que elogiou a clareza da apresentação e destacou que a reforma tributária exige articulação imediata entre o setor produtivo e o poder público para evitar prejuízos à pecuária de Mato Grosso. Salientou que o setor pecuário vive um

momento de apreensão devido à falta de clareza em diversas regras da reforma. Bernardes defendeu que é preciso organizar ações de capacitação específicas para produtores, principalmente para aqueles que atuam como pessoa física, pois serão os mais impactados com a obrigatoriedade fiscal que se aproxima. Ele afirmou que a apresentação da palestrante esclareceu pontos fundamentais e reforçou a necessidade de a CST construir recomendações concretas para orientar o produtor rural nos próximos anos.

Em seguida, fez uso da palavra o Presidente da CST Dr. José Lacerda afirmando que a reforma tributária representava um tema de grande apreensão no setor produtivo.

Lacerda destacou que, embora o discurso político nacional tratasse da reforma como um processo de “simplificação”, a explicação detalhada da palestrante mostrava que o cenário real era muito mais complexo. Com tom cauteloso, afirmou que os produtores rurais de Mato Grosso, em especial os pequenos e médios, poderiam enfrentar dificuldades expressivas na adaptação às novas obrigações fiscais, e que muitas das mudanças apresentadas por Emília não estavam suficientemente claras nem para os legisladores, nem para o setor produtivo.

A palestrante Emília Rezende explicou que a insegurança mencionada por ele era legítima e compartilhada por especialistas de todo o país. Reforçou que grande parte dos mecanismos da reforma ainda dependia de regulamentação e que, durante esse período de transição, haveria um “vazio operacional” que exigiria muita atenção. Observou que, conforme havia dito na palestra, muitos produtores pessoa física se tornarão contribuintes obrigatórios sem conhecimento técnico para isso, algo que demandará reorganização profunda da rotina administrativa das propriedades.

José Lacerda destacou que, no estado de Mato Grosso, onde a pecuária representa pilar econômico e social, esse tipo de mudança poderia impactar diretamente a competitividade do setor. Afirmou que, diante da falta de previsibilidade tributária, os produtores teriam dificuldade em planejar investimentos e estruturar estratégias



de médio prazo. Ele reforçou que a CST tem justamente o papel de antecipar esses problemas e orientar políticas públicas que evitem prejuízos. Ao ouvir o presidente, Emília concordou que os efeitos da reforma seriam mais severos em estados com forte presença do agronegócio. Observou que o setor da pecuária, por operar com margens muitas vezes apertadas e com cadeias longas, sentiria de forma acelerada os impactos de aumento de carga tributária e de novas exigências burocráticas. Ela também enfatizou que haverá dois períodos muito desafiadores:

1. o período de transição, quando o sistema antigo coexistirá com o novo;
2. os primeiros anos após a implantação total, com ajustes técnicos em curso.

José Lacerda então argumentou que essa complexidade reforça a necessidade de que as entidades do setor, como ACRIMAT, FAMATO, ABCZ e sindicatos rurais, atuem de forma coordenada. Ele disse que os produtores não podem ser surpreendidos pelas exigências e que será necessário criar mecanismos de suporte, orientação e capacitação. Agradeceu novamente a palestrante pelo alerta e ressaltou que suas explicações forneceram elementos fundamentais para que a CST avance no relatório final.

Com isso, Lacerda convidou representantes das entidades presentes para complementar o debate, lembrando que a fala de Emília deveria servir como ponto de partida para ações práticas. A partir daí, outros participantes fizeram breves manifestações, todas reforçando a preocupação levantada pelo presidente e reconhecendo a relevância das respostas da palestrante.

Leôncio Pinheiro, membro da CST, observou que a complexidade da nova tributação representa uma “ruptura cultural” para grande parte dos pecuaristas e que o Estado precisará montar uma rede estruturada de apoio para evitar que produtores pequenos e médios fiquem desassistidos. Enfatizou que a falta de regulamentação agrava a



insegurança e torna o papel da CST ainda mais relevante. A representante da ABCZ, Rayane Cordeiro, comentou que, embora o setor pecuário esteja habituado a lidar com desafios produtivos, a dimensão tributária sempre foi um ponto mais distante da realidade do dia a dia das fazendas. Por isso, avaliou que será fundamental aproximar produtores de orientação técnica tributária, assim como ocorre nas áreas de genética e melhoramento. Participou igualmente do debate o assessor legislativo Salvador envolvido no apoio estrutural à CST. Ele reforçou que a Assembleia Legislativa deverá

acompanhar de perto as discussões federais e destacou que muitas das questões apresentadas por Emília exigirão posicionamento político institucional do Parlamento de Mato Grosso. Também se manifestaram os representantes do Fórum Agro, presentes na reunião. Ambos comentaram que a reforma tributária terá impactos também sobre cadeias complementares da pecuária e que o diálogo interinstitucional deve ser ampliado para evitar que ajustes legislativos desconsiderem a realidade do setor produtivo.

Após as manifestações dos membros da CST, a palestrante Emília Rezende reforçou que várias etapas da reforma ainda dependerão de regulamentação complementar. Ela alertou que o período de transição exigirá atenção redobrada, pois haverá sobreposição temporária entre o sistema antigo e o novo.

A presidência retomou a palavra para sintetizar os principais pontos levantados ao longo da sessão, destacando que a análise da reforma tributária impõe ao setor produtivo a necessidade de organização e diálogo permanente com instituições técnicas, jurídicas e governamentais. José Lacerda ressaltou que a apresentação da palestrante deixou evidente que os efeitos da reforma serão amplos, tanto no aspecto operacional quanto no financeiro, e que a CST deverá, nas próximas reuniões, trabalhar para transformar essas preocupações em propostas concretas de recomendação. Segundo ele, o debate demonstrou que os produtores rurais de Mato Grosso, especialmente os de médio e pequeno porte, precisarão de apoio orientativo para se adaptar às mudanças estruturais do novo sistema tributário.

O presidente reforçou, ainda, a importância de que

as entidades representativas como ACRIMAT, FAMATO, ABCZ e sindicatos rurais, atuem de maneira coordenada, de modo a garantir que informações técnicas sobre a reforma



circulem com clareza junto às bases produtivas. Reiterou que a Câmara deve continuar servindo como ponte institucional entre o setor público e privado, contribuindo para fortalecer a segurança jurídica e a sustentabilidade econômica da pecuária mato-grossense.

Presença ilustre na CST, o deputado Wilson Santos iniciou sua participação dirigindo-se ao presidente da sessão, Dr. José Lacerda, a quem tratou com deferência,



chamando-o de “colega deputado e futuro senador”. Em nome de Lacerda, estendeu seus cumprimentos a toda a mesa e aos participantes da Câmara Setorial Temática, ressaltando que aquele espaço tratava de um dos pilares econômicos mais importantes

do Estado de Mato Grosso: a pecuária. Deputado Wilson recordou que a história do estado está profundamente ligada ao gado bovino. Disse que o boi foi responsável pela ocupação do território, abrindo caminhos, impulsionando a interiorização e criando as condições para o surgimento de cidades, empregos, arrecadação e estabilidade territorial. Relembrou que muitos dos avanços econômicos e sociais de Mato Grosso se devem à pecuária, que por décadas sustentou e estruturou a economia estadual. Em homenagem à tradição pecuária, mencionou Cáceres, município do presidente José Lacerda, destacando-o como o maior produtor de bovinos do estado, com um rebanho que ultrapassa um milhão de cabeças.

Em um tom mais memorialista, Wilson Santos relembrou o período em que a carga tributária sobre a carne chegava a 12% a 17% de ICMS, citando gestões do ex-governador Dante de Oliveira e de Márcio Lacerda como responsáveis pela redução drástica dessas alíquotas, que caíram para patamares entre 2% e 5%. Ele observou que, naquele tempo, quando os impostos eram pesados, a infraestrutura era extremamente precária: estradas rudimentares, pontes de madeira, ausência de ferrovias e comunicação praticamente inexistente. Apesar disso, o produtor rural resistia, criava sua família no campo e mantinha viva a economia que sustentava o estado. O deputado evocou ainda a dimensão cultural dessa trajetória, lembrando que a evolução da

pecuária, da era das antigas comitivas ao transporte moderno em caminhões e carretas, é narrada nas canções sertanejas de artistas como Almir Sater, Geraldo Espíndola, Barbosa Branca e Renato Teixeira, que retratam em suas letras a transição entre o Mato Grosso antigo e o contemporâneo.

Wilson Santos seguiu comentando os avanços estruturais que Mato Grosso experimenta nas últimas décadas, afirmando que o estado está hoje diante de uma transformação logística sem precedentes. Mencionou a construção de duas ferrovias, uma financiada pela iniciativa privada e outra com recursos públicos, e explicou o avanço da Ferrovia Senador Vicente Vuolo, que se expande para Cuiabá e Lucas do Rio Verde. Relatou também o progresso da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO), que já ultrapassa 20% de execução, partindo de Mara Rosa em direção a Água Boa e, futuramente, rumo a Lucas do Rio Verde e Vilhena. Ele enfatizou que, embora a geração atual talvez não presencie a conclusão de toda essa infraestrutura, os filhos e netos dos mato-grossenses viverão em um estado integrado por ferrovias, hidrovias e corredores logísticos, incluindo a hidrovia Paraguai–Paraná e a ambiciosa ferrovia bioceânica, ligando o interior do Brasil ao Pacífico. Segundo ele, esse conjunto de investimentos fará o PIB estadual explodir, impulsionando um crescimento econômico jamais visto. Para ilustrar a magnitude dessa evolução, lembrou que, em 1995, a arrecadação estadual era

de cerca de R\$ 1 bilhão, enquanto atualmente o estado caminha para ultrapassar R\$ 50 bilhões. Ressaltou ainda que há empresas privadas instaladas no estado que faturam mais do que o próprio governo estadual,



um sinal de vigor econômico, mas que exige cuidado especial com os mais vulneráveis. Wilson Santos observou que, apesar de todo esse progresso, Mato Grosso ainda enfrenta sérios problemas de desigualdade, tanto regional quanto social. Destacou que o estado ainda ocupa posição elevada nos indicadores de concentração de renda, o que,

segundo ele, deve ser enfrentado com políticas públicas sensíveis à dimensão humana. Reforçou que é possível promover desenvolvimento econômico distribuindo renda e oportunidades, mas isso depende da visão e da sensibilidade dos gestores públicos que conduzirão o estado nos próximos anos.

Em referência à fala anterior do presidente José Lacerda, O Deputado Wilson Santos concordou com a necessidade de Mato Grosso subir de prateleira, deixando de ser mero exportador de matéria-prima para se tornar uma potência industrializada, geradora de valor agregado. Afirmou que o futuro do estado passa por essa transformação estrutural. Por fim, encerrou seu discurso explicando que fez questão de comparecer à reunião em reconhecimento ao trabalho de Lacerda, a quem elogiou como um parlamentar dedicado a temas de grande relevância para o estado. Cumprimentou também os colegas Deputado Dr. João, Leôncio Pinheiro e demais membros da Câmara. Disse esperar que a Assembleia ofereça todo o suporte técnico e institucional necessário para que a Câmara Setorial Temática produza um relatório robusto, iluminando caminhos e apresentando propostas que fortaleçam ainda mais a pecuária mato-grossense, um setor que já superou grandes desafios tributários e logísticos e que continua sendo fundamental para o desenvolvimento do estado.

Durante o encerramento da reunião, Salvador solicitou a palavra para registrar um acontecimento importante ocorrido entre a 6ª e a 7ª sessões. Ele informou que, na semana anterior, representantes da Câmara Setorial foram recebidos pelo governador Mauro Mendes, que demonstrou total disposição do governo estadual em apoiar as ações e encaminhamentos propostos pela CST. Destacou que o governador não apenas reconheceu a relevância do trabalho realizado, como surpreendeu a comitiva com seu amplo conhecimento sobre melhoramento genético bovino, relatando que já existem iniciativas governamentais em andamento nessa área. Entre essas iniciativas, Salvador mencionou o programa



Progenética Leite, que atualmente beneficia a cadeia leiteira. Disse que o governador orientou a Câmara a buscar as secretarias competentes para avaliar a possibilidade de expandir esse projeto para a pecuária de corte, de modo a estruturar um programa robusto voltado ao melhoramento genético dos zebuínos em Mato Grosso. Em seguida, Salvador apresentou um dado relevante à mesa: entre 2022 e 2024, a média de peso dos animais abatidos registrados pela raça Nelore cresceu em duas arrobas, resultado direto dos esforços de melhoramento genético. Explicou que, considerando os 7,5 milhões de animais abatidos no período, esse incremento representou uma movimentação adicional de mais de R\$ 4,5 bilhões na economia mato-grossense, recursos que retornam ao estado em forma de investimentos em educação, saúde, segurança e infraestrutura. Salientou, portanto, que discutir genética não é apenas discutir produção, mas toda a cadeia de impactos socioeconômicos que a pecuária gera em Mato Grosso.

Finalizando o Reunião, o presidente Dr. José Lacerda, apresentou um dado relevante à mesa: entre 2022 e 2024, a média de peso dos animais abatidos registrados pela raça Nelore cresceu em duas arrobas, resultado direto dos esforços de melhoramento genético. Explicou que, considerando os 7,5 milhões de animais abatidos no período, esse incremento representou uma movimentação adicional de mais de R\$ 4,5 bilhões na economia mato-grossense, recursos que retornam ao estado em forma de investimentos em educação, saúde, segurança e infraestrutura. Salientou, portanto, que discutir genética não é apenas discutir produção, mas toda a cadeia de impactos socioeconômicos que a pecuária gera em Mato Grosso.



8ª Reunião Ordinária da CST/Genética Nelore

Data: 29 de setembro de 2025

Local: Sala das Comissões Dep. Sarita Baracat

A sessão pode ser visualizada na íntegra no canal da TVAL por meio dos sites de Internet:

<https://www.youtube.com/live/AffjppPaIYs>

Tema Central: *Síntese dos trabalhos da CST e discussão de um Programa Estadual de Melhoramento Genético da Pecuária de Corte.*

A 8ª reunião ordinária teve início com a composição da mesa diretora, seguida das palavras de abertura do Deputado Dr. João, que conduziu os primeiros encaminhamentos da sessão. Em tom

institucional, o parlamentar destacou que o trabalho da Câmara Setorial Temática se pauta por entregas concretas e aplicáveis, mantendo a metodologia adotada desde a instalação da CST: ouvir de forma

qualificada, sintetizar os aprendizados e deliberar encaminhamentos consistentes para o setor pecuário mato-grossense. Antes de avançar na pauta, Dr. João fez questão de registrar conquistas já alcançadas pela Câmara, ressaltando que a CST tem gerado resultados práticos e relevantes. Entre eles, citou a inclusão na LDO de emenda de sua autoria, instituindo linha de crédito específica para a aquisição de touros reprodutores e estruturando assistência técnica voltada ao melhoramento genético, medida tida como fundamental para fomentar a evolução da pecuária mato-grossense. Mencionou também a reunião realizada com o governador Mauro Mendes, ocasião em que o chefe do Executivo estadual colocou o governo à disposição da Câmara e



mencionou o Programa Pró-Genética, tradicionalmente voltado à bacia leiteira, apontando a possibilidade de ampliá-lo para a pecuária de corte. Após os registros, Dr. João solicitou a colaboração do membro Juliano Ponce para a leitura do resumo consolidado dos trabalhos desenvolvidos entre a 1ª e a 7ª reunião. Juliano iniciou agradecendo ao deputado pela confiança, cumprimentou a todos os presentes e, antes de realizar a leitura, informou que tomaria a liberdade de passar imediatamente a palavra ao presidente da Nelore Mato Grosso e relator da CST, Alexandre El Hage, para que este fizesse suas considerações iniciais.

O relator, Alexandre El Hage, ao assumir a palavra, agradeceu primeiramente ao deputado Dr. João, reconhecendo seu empenho pessoal e institucional para que a Câmara Setorial se tornasse realidade. Estendeu seus agradecimentos ao membro

Leônicio Pinheiro, à ACRIMAT, representada por Chico Manzi, aos demais membros da mesa, Olímpio, Salvador, Juliano, Ida, Rayane, Marcos, e a todos que contribuíram para fortalecer o trabalho coletivo da CST. Alexandre ressaltou a grande importância da Câmara para a



pecuária mato-grossense, afirmando que o estado caminha para registrar quase 8 milhões de animais abatidos, movimentando cerca de 50 bilhões de reais, valor que evidencia o impacto econômico da cadeia produtiva. Destacou que a pecuária não envolve apenas a carne, mas um conjunto de setores articulados — couro, vísceras, cartilagens, chifres, patas e, brincando, comentou que “do boi se aproveita até o berro”, reforçando a amplitude da cadeia e a necessidade de que o estado invista continuamente em melhoramento genético para garantir competitividade.

O relator lembrou que o deputado Dr. João sempre foi defensor da valorização do pequeno, do médio e do grande produtor, promovendo condições para que todos se mantenham na atividade e prosperem. Em nome da Associação dos Criadores de Nelore de Mato Grosso, Alexandre expressou gratidão pelo apoio e compreensão do deputado quanto à importância dessa Câmara Setorial para o futuro da pecuária estadual.

Encerrando sua participação inicial, Alexandre reafirmou que a atividade pecuária só atingirá seu pleno potencial se continuar investindo em genética, produtividade e tecnologia, pilares que sustentam a sustentabilidade econômica de toda a cadeia. Agradeceu novamente ao deputado Dr. João e devolveu a palavra à mesa diretora.

De posse da palavra o membro Olímpio destacou dados relevantes sobre o desempenho da pecuária mato-grossense. Informou que, em 2024, Mato Grosso respondeu por quase 19% de toda a carne produzida no país, e que no segundo trimestre do ano corrente já registrava 16,7% de participação nacional, números que classificou como extraordinários e demonstrativos da força produtiva do estado. Porém, apesar do grande volume produzido, Olímpio ressaltou que o próximo passo estratégico da pecuária mato-grossense é elevar continuamente a qualidade, ampliando o acesso de produtores — especialmente pequenos e médios com a genética melhoradora. Segundo ele, somente garantindo que mais pessoas possam utilizar material genético superior será possível transformar ainda mais o cenário produtivo e consolidar Mato Grosso como o maior produtor de carne bovina do país, com padrão superior de qualidade.

Chico Manzi, diretor técnico da ACRIMAT, iniciou destacando a importância de que a Câmara Setorial produza síntese e entrega, como mencionara o deputado minutos antes. Em sua avaliação, essa lógica também define o papel do reprodutor Nelore PO, especialmente dentro das raças zebuínas: ele representa, ao mesmo tempo, a condensação de melhoramento genético e a entrega direta de resultados ao sistema produtivo. Lembrou que Mato Grosso não possui apenas o maior rebanho bovino do Brasil, mas o maior rebanho com avaliação genética, resultado do esforço de diversas propriedades que produzem reprodutores de alta qualidade. Contudo, apontou um problema recorrente: muitos desses reprodutores superiores acabam indo para o frigorífico sem deixar sua genética no rebanho, o que representa perda de valor para toda a cadeia. Paralelamente, observou que muitos produtores ainda utilizam touros sem avaliação, os chamados “cabeceira de boiada” ou “boi cara limpa”, perpetuando práticas que não garantem progresso genético. Segundo ele, um dos grandes objetivos desta Câmara deveria ser conectar essas pontas, promovendo condições para que mais reprodutores avaliados sejam efetivamente utilizados. Isso beneficia toda a cadeia: o produtor de genética, que vê seu trabalho gerar impacto real; o comprador, que passa a

ter animais de melhor desempenho; e o meio ambiente, já que animais geneticamente superiores engordam mais rápido, atingem o peso de abate mais cedo e utilizam menos recursos ao longo da vida. Chico concluiu reforçando que o alinhamento entre oferta e uso de reprodutores de qualidade é essencial para que Mato Grosso continue evoluindo como referência em produtividade e sustentabilidade na pecuária.

Em seguida o presidente da Empaer-MT, Suelme Evangelista Fernandes iniciou sua fala cumprimentando todos os presentes, incluindo os que acompanhavam a sessão presencialmente, por videoconferência ou pela transmissão ao vivo da ALMT. Dirigiu saudações específicas ao presidente do Sindicato Rural de Cuiabá, Celso Nogueira, à representante da ABCZ, Rayane Cordeiro, ao representante da Nelore MT, Olímpio de Brito, ao relator Alexandre El Hage, ao diretor da ACRIMAT, Francisco Manzi, e especialmente ao deputado Dr. João, a quem reconheceu como anfitrião e defensor de diversas pautas vinculadas à agricultura familiar. Suelme destacou que, além da atuação do deputado nas políticas relacionadas à pecuária, Dr. João tem desempenhado papel importante no melhoramento genético vegetal, por meio da distribuição de mudas de qualidade,



ação que, segundo ele, também representa avanço genético para pequenos produtores. Representando a EMPAER-MT na ausência da Secretária de Agricultura Familiar Andréa Fujioka, Suelme enfatizou a importância de manter na mesa a presença das instituições que executam na prática as políticas públicas rurais. Saudou os técnicos da EMPAER presentes, reconhecendo o papel fundamental da equipe técnica no sucesso dos programas conduzidos pelo órgão. Em seguida, abordou os desafios enfrentados pela instituição, principalmente no que diz respeito à necessidade de ampliar a capacidade operacional da EMPAER para apoiar programas de melhoramento genético. Observou que o estado conta hoje com apenas sete médicos-veterinários para atender toda a demanda de campo, resultado de um processo de redução gradual de estrutura ao longo dos anos. Apesar disso, ressaltou com orgulho que a EMPAER tem alcançado

reconhecimento nacional, sendo referência para outros estados graças à qualidade do corpo técnico e aos bons resultados entregues. Suelme defendeu que o melhoramento genético, vegetal ou animal, precisa estar inserido dentro de um programa completo de manejo, envolvendo desde a posse e seleção dos animais até todas as etapas de acompanhamento técnico nas propriedades. Enfatizou que, para avançar nesse sentido, Mato Grosso necessita de uma empresa pública mais estruturada, com mais profissionais, recursos e capacidade de atuação contínua. Ao final, lembrou que o espaço da Câmara Setorial é o ambiente adequado para provocar essa discussão, apelando para que o parlamento, por meio da liderança do deputado Dr. João, utilize sua força política para apoiar a ampliação do quadro técnico da EMPAER. Disse que essa expansão permitirá que o estado fortaleça programas estratégicos e amplie o atendimento às propriedades rurais. Suelme agradeceu à Assembleia Legislativa e colocou a instituição à disposição para colaborar na construção de soluções, afirmando que o trabalho coletivo é fundamental para gerar avanços significativos na pecuária mato-grossense.

O membro Olímpio de Brito retomou a palavra para destacar a importância do manejo completo do rebanho, dentro das estratégias de melhoramento genético. Ele destacou que, para que o melhoramento alcance seu pleno potencial, é indispensável que esteja articulado de forma harmônica com nutrição, pastagem, solo, gestão e sanidade. Segundo ele, esses elementos formam uma base técnica que muitos pequenos produtores não conseguem acessar sozinhos. Por isso, na sua avaliação, a EMPAER tem um papel central na disseminação desse conhecimento, levando acompanhamento técnico e orientações práticas às propriedades que mais precisam. Olímpio observou que genética isolada não resolve. Não basta adquirir touros melhoradores se o ambiente produtivo não oferece condições para expressar esse potencial. Ele reforçou que o desempenho dos animais depende de um conjunto integrado: bem-estar animal, qualidade nutricional, manejo adequado de pastagens, correção do solo, sanidade preventiva e gestão eficiente do



rebanho. Segundo Olímpio, o Estado deve “pensar grande”, oferecendo não apenas o acesso ao reprodutor, mas também as condições técnicas que permitam transformar esse investimento em resultado real. Para ele, essa é uma necessidade clara em Mato Grosso, percebida com intensidade em todas as regiões: sem apoio técnico e sem estrutura adequada, o pequeno produtor não consegue alcançar os níveis de produtividade que a genética moderna permite. Encerrando, Olímpio reforçou que o melhoramento genético só se transforma em benefício econômico e social quando acompanhado de gestão, orientação técnica e condições adequadas de produção, defendendo que esse deve ser um dos focos estratégicos das ações do Estado.

De posse da palavra o membro Juliano Ponce, diretor da Nelore MT, fez uma síntese das sete reuniões anteriores para contextualizar os participantes sobre a evolução dos trabalhos da Câmara Setorial Temática até aquele momento. Ele explicou que, ao longo das primeiras reuniões, a CST debateu formas de utilização de tecnologias

de melhoramento genético, como a inseminação artificial e outras ferramentas capazes de ampliar a eficiência reprodutiva e produtiva dos rebanhos. Na 2ª reunião, destacou que o foco esteve na inclusão do pequeno produtor nos programas de



melhoramento, discutindo-se propostas como a criação de grupos de trabalho, uma ideia apresentada por Olímpio, e a possibilidade de estabelecer linhas de crédito específicas para facilitar o acesso desses pequenos produtores à genética melhoradora. Na 3ª reunião, retomou-se o entendimento de que genética sozinha não resolve e reforçou que se discutiu a necessidade de integrar genética com gestão, nutrição, manejo de pastagens e sanidade, reconhecendo que o pequeno produtor, diferentemente do médio e do grande, precisa de assistência técnica direta para transformar potencial genético em resultado real. A 4ª reunião abordou a regularização fundiária, sendo que muitos produtores, especialmente os pequenos, enfrentam dificuldades por falta de documentação, titulação e regularização ambiental. Sem esses documentos, não conseguem acessar mercados formais, vender para frigoríficos, ou

comprovar a regularidade de CAR e outras exigências ambientais. A 5ª reunião contou com a presença de Luciana Copete, que apresentou o CAR 2.0 e detalhou os principais desafios do sistema, além das soluções em construção para facilitar o acesso e a regularização ambiental dos produtores rurais. A 6ª reunião voltou-se para os benefícios do melhoramento genético na indústria frigorífica, discutindo aspectos como carcaça, tipificação, rendimento e qualidade, enfatizando como animais geneticamente superiores podem gerar melhores resultados ao longo da cadeia produtiva. Por fim, a 7ª reunião tratou dos impactos da reforma tributária, prevista para iniciar no ano seguinte. Juliano observou que a discussão foi marcada por grande incerteza: nem mesmo especialistas conseguiram definir com clareza todos os efeitos que a reforma trará para o produtor rural e para o melhoramento genético. Depois de recuperar toda a trajetória da CST, Juliano devolveu a palavra ao presidente da mesa para dar sequência à ordem dos trabalhos.

Dando prosseguimento, o Deputado Dr. João, passou a palavra ao presidente da Empaer-MT, Suelme Evangelista Fernandes para sua palestra. Suelme iniciou com uma apresentação institucional da Empaer-MT informando que a instituição conta



atualmente com cerca de 350 servidores distribuídos em 112 municípios. Embora essa presença territorial ofereça a impressão de capilaridade, ele salientou que, em

termos de recursos humanos, a empresa enfrenta fragilidade significativa, consequência de políticas anteriores como o PDV, que reduziram o quadro funcional. Como resultado, alguns municípios possuem apenas um técnico, muitas vezes não especializado em medicina veterinária ou zootecnia. Segundo ele, apenas sete veterinários atendem os programas voltados à produção animal em todo o estado, sendo obrigados a se revezar entre diferentes regiões. Mesmo diante desse cenário limitado, a EMPAER tem obtido resultados expressivos, fruto da dedicação técnica e da organização institucional. Suelme relatou que, desde o início da gestão, a EMPAER passou a estabelecer uma forte parceria

com as prefeituras, superando conflitos locais e restabelecendo um diálogo contínuo. Por meio de cooperações técnicas formalizadas juridicamente, diversas prefeituras passaram a contratar profissionais que complementam a força de trabalho da EMPAER. Ele trouxe um exemplo recente: uma ação conjunta entre EMPAER e FAMATO que permitiu a regularização acelerada de cinco agroindústrias em Santo Antônio do Leverger. Explicou que Mato Grosso possui centenas de queijarias em funcionamento, mas apenas uma fração delas está regularizada. Ressaltou o enorme potencial de agregação de valor da cadeia láctea, destacando a qualidade dos queijos da Baixada Cuiabana, que já receberam prêmios nacionais e internacionais como produtos de corte fino. Suelme também explicou a atuação da EMPAER no programa que agiliza o credenciamento de agroindústrias, mas novamente esbarra na escassez de veterinários, profissionais que são “raros e caros” em Mato Grosso devido à forte demanda do agronegócio. Nesse sentido, defendeu a possibilidade de incorporar **zootecnistas** e outros técnicos qualificados para ampliar a capacidade operacional. Ele apresentou ainda a proposta da EMPAER de criar um processo seletivo temporário de assistência técnica complementar, estimando que o estado precisaria de ao menos 18 novos veterinários e 10 zootecnistas para dobrar a capacidade de atendimento e viabilizar um programa completo de manejo, incluindo acompanhamento da alimentação, pastagem e produção de volumoso para bovinos. Observou, entretanto, que a maior limitação não é financeira. O governo dispõe de recursos, mas enfrenta restrições de capacidade executiva, como lembrou o vice-governador Otaviano Pivetta.

Suelme fez questão de enfatizar que a assistência técnica é o principal gargalo para ampliar programas de melhoramento genético, tanto na bovinocultura de leite quanto de corte. Citou bons resultados já alcançados: em alguns municípios, a produtividade do leite aumentou de 4,6 para 25,4 litros por vaca/dia, salvando sistemas produtivos que estavam à beira do colapso. Destacou também experiências bem-sucedidas de cooperativas, como a Comov Cooperativa de Alta Floresta, que estruturou um modelo eficiente de manejo, produção de alimentos e logística restrita à pequenos raios de atendimento, garantindo sustentabilidade econômica. Ele sugeriu que a CST convide as principais cooperativas de leite do estado para integrar o debate, pois muitas delas possuem veterinários, zootecnistas, agroindústrias e capacidade de investimento,

podendo complementar o trabalho da EMPAER. Antes de concluir, Suelme lembrou que as pequenas propriedades também têm bovinocultura de corte, e que essa cadeia não pode ser esquecida. Reforçou a necessidade de que programas de melhoramento genético incluam ações específicas para corte, mencionando experiências positivas da EMPAER em regiões como Juara e Juína, com projetos pioneiros de cria e recria. Finalizou afirmando que o governo do estado está disposto a ampliar seu apoio, desde que haja ajustes estruturantes na assistência técnica e aumento da capacidade executiva. Deixou a EMPAER à disposição da Câmara e destacou que ampliar a assistência técnica, integrar cooperativas e fortalecer municípios são ações essenciais para que o programa de melhoramento genético alcance resultados duradouros.

De posse da palavra o Deputado Dr. João, teceu algumas palavras sobre a EMPAER. O deputado Dr. João iniciou recordando que, entre 2019 e 2022, a Assembleia Legislativa manteve diálogo constante com o governador Mauro Mendes e o vice-governador Otaviano Pivetta para solucionar problemas estruturais da EMPAER, principalmente relacionados ao grande número de servidores antigos que aguardavam aposentadoria e limitavam a renovação do quadro. Segundo ele, o governo agiu com responsabilidade ao conduzir esse processo sem comprometer o funcionamento da instituição. Dr. João reforçou que a fala de Suelme evidencia um ponto crucial: o Estado precisa investir na EMPAER, sobretudo porque Mato Grosso é um território extenso,

agrícola e diversificado, onde tanto os pequenos quanto os grandes produtores dependem de assistência técnica qualificada. Para ele, a EMPAER deve atuar de forma abrangente e estratégica, fortalecida em todas as frentes, e não apenas



restrita à agricultura familiar. O deputado afirmou que os 24 parlamentares da Assembleia Legislativa apoiam uma EMPAER forte, destacando que a Casa está sempre à disposição para colaborar na melhoria das condições de trabalho da instituição. Lembrou que, em 2019, encontrou unidades da EMPAER em situação precária, incluindo escritórios sem sequer água disponível, e que a Assembleia tem trabalhado para reverter

esse cenário. Dr. João ainda celebrou a aprovação unânime de um projeto de lei que incluiu o queijo mato-grossense na cesta básica estadual, decisão apoiada inclusive por deputados da oposição. Para ele, essa conquista demonstra reconhecimento da importância da produção agroindustrial local e reforça o compromisso da Assembleia com o fortalecimento do setor rural.

Dando continuidade o Deputado Dr. João passou a palavra a Sr. Eduardo, representando a SEAF para sua palestra. Eduardo iniciou sua apresentação explicando que todo o projeto de melhoramento genético leiteiro desenvolvido pela SEAF nasceu de uma demanda direta do governo do Estado, motivada pelos pedidos dos produtores de leite e de cooperativas. Investimentos permitiram, por exemplo, unidades de armazenamento de leite de 40 mil litros cedido pelo Estado em cooperativa e já existe a demanda para nova unidade de armazenamento, devido ao aumento da produção de leite. Eduardo explicou que o Estado sempre investiu em alimentação animal, mas faltava um programa estruturado de melhoramento genético do gado leiteiro. Atendendo ao pedido dos produtores, a SEAF desenvolveu um projeto baseado em três frentes principais.

A primeira frente é a distribuição de sêmen, um modelo simplificado de melhoramento que já existia desde 2012, mas que não havia obtido bons resultados por falta de critérios claros. A SEAF reformulou completamente o programa, criando



regras técnicas e administrativas rigorosas. O sêmen, adquirido via licitação, só pode ser destinado a prefeituras, cooperativas e associações que comprovem condições mínimas de manejo, como a presença de médico veterinário, inseminador capacitado, botijão de nitrogênio e estrutura adequada para armazenar e utilizar o material genético. A entrega passa a ser formalizada mediante termos de recebimento e responsabilidade, de forma que perdas não justificadas precisam ser ressarcidas, e todos os relatórios de inseminação e nascimento são obrigatórios. Com foco em raças como Gir, Holandês,

Girolando (em diversas composições de sangue) e Jersey, o programa já distribuiu 30 mil doses e possui outras 15 mil solicitadas para entrega.

A segunda frente, mais complexa e tecnicamente avançada, é o programa de transferência de embriões, iniciado em 2019. Eduardo destacou que esse processo funciona “a cinco mãos”: a SEAF coordena o projeto, define os critérios genéticos e realiza as licitações; a empresa contratada produz os embriões de alto padrão e executa as transferências a campo; a EMPAER acompanha tecnicamente cada etapa; prefeituras, cooperativas e/ou associações, entram com 20% de contrapartida; e o produtor fornece as receptoras e as condições mínimas de manejo. Os critérios genéticos são extremamente rigorosos: apenas touros holandeses que cumpram integralmente as exigências do Ministério da Agricultura são aceitos. Cada prenhes, custando cerca de R\$ 3 mil, é entregue sexada para fêmea; caso nasça um macho, a empresa é obrigada a repor ou devolver o valor. Entre 2020 e 2024, o programa executou 4.126 prenhez, totalizando R\$ 7,3 milhões investidos. Para 2025, já estão licitadas e totalmente demandadas 2.200 prenhez adicionais. Eduardo ressaltou o impacto transformador do programa: propriedades que antes tinham vacas produzindo de 5 a 10 litros por dia passaram a alcançar 15 a 30 litros, e algumas chegaram a 57 litros em torneios leiteiros, resultado direto da genética introduzida pelo programa.

A terceira frente é a entrega de novilhas prenhes, iniciativa mais recente e ainda mais exigente, voltada exclusivamente a cooperativas e associações por meio de chamamento público. Nesse modelo, a cooperativa solicita determinado número de novilhas prenhes e deve assumir uma contrapartida de 100%, ou seja adquirindo a mesma quantidade adicional. Assim, cada produtor recebe uma novilha e compra outra. Eduardo destacou que essa modalidade tem beneficiado especialmente produtores de baixa renda, que normalmente ordenham entre 200 e 300 litros por dia e dificilmente conseguiriam adquirir animais desse padrão sem o apoio do programa.

Como reconhecimento pelos resultados, o projeto foi finalista do Prêmio Estadual de Inovação, figurando entre os dez melhores, e ficou em quinto lugar no Prêmio Nacional de Políticas Públicas, entre 67 iniciativas avaliadas. Eduardo concluiu explicando que a demanda atual do programa já ultrapassa a capacidade de execução

imediate. As 2.200 prenhezês previstas para 2025 já estão totalmente comprometidas com prefeituras e cooperativas que formalizaram pedidos anteriores.

Ao final da apresentação, o relator Alexandre El Hage questionou de que forma o programa desenvolvido majoritariamente ao leite, poderia ser adaptado para atender a cadeia do corte. Perguntou especificamente se seria possível estruturar um modelo baseado em sêmen sexado para machos ou embriões sexados de machos, de modo a viabilizar a produção de touros melhoradores que pudessem ser disponibilizados aos produtores do estado. Ele enfatizou que a genética aplicada ao corte tem necessidades e dinâmicas próprias, e que o desafio seria compreender como o mecanismo já consolidado no leite poderia ser convertido em um programa eficaz para o segmento de bovinos de corte. A adaptação é plenamente viável. Explicou que, tecnicamente, é possível aplicar o mesmo modelo utilizando embriões sexados de machos, bem como desenvolver um programa específico para a entrega de animais destinados à produção de touros. Ressaltou que, para avançar nesse sentido, seria necessário trabalhar com genética específica para corte, ajustando critérios, padrões e fornecedores de material genético. Reconheceu que, embora a SEAF ainda não possua um segmento formal de atuação estruturado para a pecuária de corte, nada impede que o programa seja expandido para essa finalidade. Segundo ele, a equipe está aberta a aprender, construir e entregar um novo modelo em parceria com as instituições envolvidas, desde que haja demanda e direcionamento técnico.

Com a palavra o membro Juliano Ponce agradeceu as contribuições apresentadas por Eduardo e retomou o propósito central da Câmara Setorial, enfatizando que sua



missão é debater de forma ampla, qualificada e multidisciplinar, reunindo experiências e iniciativas já existentes no Estado para construir soluções aplicáveis ao melhoramento genético da pecuária de corte.

Explicou que, ao identificarem que o governo já possuía um programa estruturado de melhoramento voltado para a cadeia leiteira, tornou-se fundamental convidar a equipe da SEAF para compreender em profundidade o funcionamento desse modelo e avaliar

como ele poderia ser adaptado ou expandido para atender também a bovinocultura de corte. Juliano solicitou que Eduardo disponibilizasse documentos, normativas e instrumentos técnicos que sustentam o programa vigente, a fim de que a Câmara possa aprofundar o estudo metodológico e compreender integralmente os critérios utilizados. Ele destacou que a intenção é aproveitar a estrutura de um programa que se mostrou eficiente, validado e premiado, para pensar sua extensão à produção de carne de qualidade. Segundo Juliano, um programa semelhante poderia contribuir para melhorar o rebanho, aumentar o desempenho das matrizes, gerar bezerras e fêmeas de qualidade superior e, conseqüentemente, fortalecer o pequeno e o médio produtor, ampliando sua capacidade produtiva e seu retorno econômico. Ele observou que, apesar de Mato Grosso possuir produtores que geram reprodutores de excelência, o acesso a esse material genético ainda é limitado para quem não dispõe de capacidade financeira, e iniciativas estruturadas, seja por meio de financiamento, distribuição ou apoio técnico, poderiam democratizar esse acesso. Juliano reforçou que o Estado já possui um programa bem-sucedido, reconhecido nacionalmente, e que a tarefa agora seria modelar e adequar esse projeto ao universo da pecuária de corte, considerando as especificidades da produção de carne. Por fim, ressaltou que o objetivo da Câmara não é apenas debater, mas avançar para a implementação, levando soluções concretas aos produtores de carne de Mato Grosso.

O representante da ACRIMAT, Francisco Manzi, iniciou sua intervenção destacando que a presença de Suelme Evangelista na reunião havia sido particularmente oportuna, considerando a relevância das reflexões sobre assistência técnica e estruturação das bases produtivas. Para ilustrar seu ponto, resgatou uma palestra marcante que assistiu há quase quarenta anos com o então chefe-geral da Embrapa Gado de Leite, Rodolfo Torres. Na ocasião, Torres provocava o público com uma pergunta direta: *“Se um leigo decidir começar a tirar leite, qual a primeira coisa que vem à cabeça?”* e a resposta imediata, segundo ele, era sempre a mesma: *“vaca holandesa”*. Francisco descreveu, então, a lógica ensinada por Torres. Ao listar “genética” como o primeiro item, o palestrante mostrava que, em seguida, o produtor rapidamente perceberia que um animal dessa produção exige instalações adequadas, controle sanitário rigoroso, diante de riscos como mastite, brucelose e tuberculose, e alimentação

diferenciada para expressar seu potencial genético. Porém, ao final, o aprendizado essencial era outro: o caminho correto da pecuária leiteira não começa pela genética; começa de baixo para cima: primeiro alimentação, depois sanidade, depois instalações, e só então genética.

Francisco salienta que receber genética de alto valor serviria como um poderoso *indutor de mudança*, capaz de estimular o produtor a melhorar suas condições de manejo, de pastagem e de sanidade. Nesse sentido, ressaltou que o trabalho da EMPAER torna-se absolutamente essencial para garantir que essa indução se traduza em resultados positivos. O produtor precisa estar preparado para um animal geneticamente superior e muito mais exigente do que o gado comum. Lembrou, inclusive, de uma palestra recente da APTA, em que o pesquisador definiu o gado leiteiro brasileiro em uma única palavra: “*fome*”. Segundo Francisco, isso reforça que uma vaca de grande potencial produtivo pode mais que



dobrar a produção em relação a animais comuns, mas somente se receber nutrição adequada, cuidados sanitários e manejo compatível. Ele alertou que, para muitos pequenos produtores, esse salto preparatório é determinante. Por isso, insistiu que a assistência técnica deve chegar antes ou acompanhar imediatamente o processo de implantação da genética. O produtor precisa ser orientado, antecipadamente, de que um animal de alto mérito genético demandará exames sanitários nas matrizes, eliminação de possíveis casos de tuberculose ou brucelose e ajustes estruturais no manejo diário. Francisco concluiu afirmando que, se esse processo for conduzido de forma articulada e responsável, a chegada da genética superior não apenas manterá satisfeitos os beneficiários do programa, como também permitirá que o potencial produtivo desses animais seja efetivamente alcançado, consolidando os resultados esperados pelo Estado e pelos produtores.

O presidente da Empaer, Suelme Evangelista destacou a importância estratégica

das discussões conduzidas pela Assembleia Legislativa, lembrando que o Governo do Estado mantém diálogo permanente com a Casa e que diversas políticas públicas já foram ajustadas graças aos debates realizados no Parlamento, reforçando o papel central da Câmara Setorial



como espaço de construção coletiva. Ao tratar da pecuária leiteira, Suelme contrapôs a visão comum de que a atividade é sempre deficitária para pequenos produtores, apresentando um caso de sucesso no município de Brasnorte, que atua exclusivamente na comercialização do leite, sem operar indústria própria. Segundo ele, a cooperativa tem alcançado resultados expressivos, com produtores obtendo lucro médio mensal entre R\$ 10 mil e R\$ 15 mil, além do rateio final.

Suelme ressaltou que é necessário valorizar e divulgar essas boas práticas, pois elas mostram que o sucesso não depende apenas de genética, mas também de arranjos produtivos eficientes. Defendeu ainda a ampliação do diagnóstico sobre propriedades de corte de pequeno e médio porte, observando que, em Mato Grosso, mesmo estabelecimentos considerados “pequenos” possuem áreas muito maiores que em outras regiões do país, o que exige tratá-los como empreendedores rurais, e não apenas como agricultura familiar. Para isso, sugeriu integrar mais atores, como sindicatos rurais, SENAR e outras instituições com experiência em assistência técnica e empreendedorismo rural. Por fim, alertou para o grande potencial ocioso da indústria láctea mato-



grossense, operando hoje com apenas 60% de sua capacidade. Segundo Suelme, essa é uma cadeia verticalizada e estruturada que poderia gerar muito mais riqueza se

houvesse aumento na oferta de matéria-prima e melhoria da eficiência produtiva. Concluiu afirmando que o Estado possui condições para avançar significativamente nesse setor, desde que haja integração institucional, planejamento e estímulo contínuo ao desenvolvimento rural.

Chico Manzi acrescentou informações relevantes sobre a estrutura produtiva da pecuária em Mato Grosso, destacando que o setor é majoritariamente composto por pequenos produtores. Segundo ele, o Estado possui 124.700 explorações pecuárias e, desse total, 45.611 propriedades, aproximadamente 36%, têm entre 1 e 50 animais, o que espelha a realidade nacional da pecuária como atividade predominantemente de base familiar. Ele observou ainda que apenas 159 propriedades possuem mais de 10 mil cabeças, representando 0,2% do total. Em contraste, quando se considera o grupo de produtores com até 250 cabeças, chega-se a 78% dos estabelecimentos pecuários do Estado. Com isso, Chico reforçou que, apesar da imagem de Mato Grosso como grande potência pecuária, a atividade é sustentada majoritariamente por produtores de pequeno porte, que precisam de políticas públicas adaptadas às suas condições e desafios específicos.

Em resposta aos questionamentos do membro Salvador, observou que, embora a equipe da EMPAER seja pequena, é altamente qualificada e experiente, acumulando quase uma década de dedicação ao tema do melhoramento genético. Por isso, afirmou não considerar difícil a tarefa de modular um programa específico para a pecuária de corte, ajustando custos, critérios e diretrizes técnicas, desde que haja direcionamento político para isso. No entanto, chamou atenção para um ponto crítico que é calendário institucional. Estamos no mês de outubro, às vésperas do encerramento do exercício e ano eleitoral de 2026, circunstância que impõe inúmeras restrições legais à criação ou ampliação de políticas públicas. Conforme lembrou, em anos de eleição, os órgãos de controle restringem a implementação de iniciativas que possam caracterizar favorecimento político, o que torna 2026 um ano de baixa margem



para inovações estruturantes, caso o planejamento não esteja previamente pactuado. Por essa razão, Suelme enfatizou que, se houver entendimento de que o projeto é prioritário, ele precisaria ser desenhado ainda dentro deste ano para que pudesse ser executado no próximo exercício, já em conformidade com as limitações legais. Ressaltou também que, paralelamente, seria indispensável avançar rapidamente na solução da assistência técnica, condição essencial para que o programa funcione de forma eficiente e sustentável em campo. Concluiu afirmando que nada disso seria difícil de realizar, desde que a proposta seja assumida como prioridade pelo Governo do Estado e pela Assembleia Legislativa. Segundo ele, o ambiente político é favorável: o deputado Dr. João, enquanto secretário-executivo da Assembleia e proponente da Câmara Setorial, possui interlocução direta com o governo e poderia encaminhar a pauta de forma estratégica, caso este colegiado considere a iniciativa relevante e urgente.

Suelme afirmou que o principal desafio do Estado não é a disponibilidade de recursos financeiros, mas sim a necessidade de apresentar bons projetos, bem estruturados técnica e metodologicamente. Destacou que tanto o governador Mauro Mendes quanto o vice-governador Otaviano Pivetta são extremamente rigorosos quanto à eficiência, excelência e mensuração de resultados, especialmente quando se trata de investimentos públicos. Por isso, qualquer novo programa precisa ser cuidadosamente modelado, com escopo claro, público-alvo definido e métricas objetivas de impacto. Ele lembrou que Mato Grosso dispõe do FUNDAF, um fundo exclusivo para a agricultura familiar que deve alcançar cerca de R\$ 300 milhões, representando um dos maiores aportes em nível nacional. Ou seja, os recursos existem, mas é indispensável capacidade técnica e operacional para garantir execução eficiente, com equipes suficientes de zootecnistas e médicos-veterinários para acompanhamento em campo.

Suelme alertou que o grande gargalo hoje é a capacidade operacional, e não a financeira. O Estado precisa assegurar que haja pessoal qualificado para implementar, monitorar e controlar o programa. Reforçou que o momento exige urgência: Mato Grosso está “perdendo tempo” e precisa avançar rapidamente na construção de soluções.

Em resposta à dúvida levantada por Carlos Bolzan sobre o formato de encaminhamento das propostas, Suelme explicou que a equipe da SEAF é quem deve

validar e elaborar tecnicamente o programa, sendo a instância responsável por estruturar a política pública. A EMPAER, por sua vez, entra posteriormente na fase de operação e implantação. Ele recomendou que o processo se dê por meio de uma reunião de trabalho integrada, reunindo representantes da Assembleia, da EMPAER, da SEAF e dos membros da Câmara Setorial. Essa reunião funcionaria como um *brainstorming* inicial, permitindo construir rapidamente o desenho do programa, de forma objetiva e sem burocracia excessiva, considerando que o calendário é apertado. Por fim, reforçou que não há possibilidade de execução ainda este ano, pois o orçamento já está fechado. Portanto, o trabalho agora deve focar no planejamento e na modelagem técnica, para que o programa possa ser viabilizado a partir do próximo exercício, inclusive com previsão orçamentária adequada.



9 - Considerações finais

O conjunto de debates realizados ao longo das oito sessões da Câmara Setorial Temática evidencia, de forma inequívoca, que Mato Grosso reúne condições singulares para liderar nacionalmente o avanço do melhoramento genético de raças zebuínas. O Estado possui o maior rebanho bovino do país, forte presença de produtores tecnificados, instituições com conhecimento acumulado e um ambiente político favorável, demonstrado pelo compromisso em apoiar políticas de genética e assistência técnica. No entanto, apesar dessa base sólida, o diagnóstico da CST revela um descompasso entre o potencial existente e os resultados efetivamente alcançados, sobretudo entre pequenos e médios produtores de gado de corte.

O principal achado da Câmara é que não falta genética em Mato Grosso, falta política pública estruturada que democratize o acesso à genética. O setor privado produz reprodutores avaliados, os programas nacionais dispõem de tecnologias consolidadas, e há consenso técnico sobre como acelerar o progresso genético. Contudo, a adoção dessas tecnologias ainda é limitada por quatro fatores centrais:

- 1) ausência de assistência técnica contínua e capilarizada;
- 2) dificuldades fundiárias e ambientais que impedem o acesso ao crédito e à comercialização;
- 3) falta de integração entre cadeia produtiva, indústria, instituições públicas e programas oficiais; e
- 4) desafios para que pequenos produtores incorporem manejo, nutrição e gestão em nível compatível com as exigências de animais geneticamente superiores.

O trabalho da CST deixa claro que genética não é um fim em si, mas um eixo capaz de desencadear transformações profundas em renda, produtividade, sustentabilidade e competitividade internacional. A experiência do Pró-Genética Leite demonstra que programas estruturados, com critérios técnicos, acompanhamento e contrapartida, são capazes de transformar cadeias produtivas inteiras, ampliando produção, reduzindo

desigualdades e fortalecendo cooperativas e agroindústrias locais. Essa mesma lógica, adaptada ao gado de corte, pode revolucionar a pecuária mato-grossense.

Dessa forma, a CST conclui que o Estado deve avançar para a criação de um Programa Estadual de Melhoramento Genético da Pecuária de Corte, com diretrizes claras:

- democratizar o acesso a reprodutores avaliados e biotecnologias;
- integrar genética, manejo, nutrição e gestão;
- estruturar rede de assistência técnica contínua com fortalecimento da EMPAER;
- alinhar políticas creditícias, ambientais e fundiárias;
- envolver indústria frigorífica como participante estratégica dos ganhos;
- priorizar pequenos e médios produtores, sem excluir sistemas de maior escala;
- criar indicadores, metas e mensuração de impacto econômico, social e ambiental;
- assegurar continuidade orçamentária e governança interinstitucional.

Ao entregar este relatório, a Câmara Setorial Temática não apenas conclui seus trabalhos, mas abre caminho para um novo capítulo da pecuária mato-grossense. Um capítulo baseado em ciência, política pública, inclusão produtiva e visão de longo prazo. Se as recomendações aqui apresentadas forem implementadas, Mato Grosso não apenas manterá sua liderança nacional em produção bovina, mas se tornará referência global em eficiência, qualidade genética e sustentabilidade na pecuária de corte.

Esta Câmara Setorial Temática encerra seus trabalhos com a convicção de que a genética é mais do que ferramenta produtiva, é instrumento de desenvolvimento social e econômico. Não tratamos de gado. Tratamos do futuro da pecuária sustentável.

10 –Propostas de Ações

10.1 – Programa Estadual de Melhoramento Genético da Pecuária de Corte

1. Justificativa

A pecuária de corte é a maior força econômica contínua de Mato Grosso, movimentando anualmente mais de R\$ 50 bilhões, com quase 8 milhões de abates/ano e liderança nacional na produção de carne. Contudo, 78% dos produtores possuem até 250 cabeças, um rebanho majoritariamente pequeno, heterogêneo e com acesso limitado a genética melhoradora, informação técnica, ultrassonografia, sêmen avaliado e embriões de alto mérito.

O Estado já possui estrutura sólida no leite, com programas testados, medidos e bem-sucedidos, e entende-se agora que **a pecuária de corte carece de política equivalente**, permanente, estruturada e pública.

2. Objetivo Geral

Criar um programa estadual contínuo de melhoramento genético para corte, garantindo acesso democrático à genética zebuína superior, ampliando produtividade, reduzindo idade ao abate, aumentando rendimento de carcaça, melhorando marmoreio e eficiência alimentar, contribuindo para sustentabilidade ambiental, renda rural, competitividade industrial e expansão da qualidade da carne de Mato Grosso para o Brasil e o mundo.

3. Diretrizes Estruturais

Pilar	Descrição
Escalonado	Entrada gradual em níveis (sêmen → FIV/TE → novilhas/embriões) conforme estrutura da fazenda
Inclusivo	Prioridade para pequenos e médios produtores (base do rebanho estadual)
Técnico–obrigatório	Acesso condicionado à assistência técnica certificada
Medido e auditado	Relatórios, prenhez, ultrassonografia, desempenho e CAR produtivo
Contínuo e não episódico	Política permanente – não pontual ou sazonal
Corresponsável	Governo + cooperativas + associações + Senar + Embrapa + SEAF + Empaer

4. Estrutura do Programa (modelo inspirado no leite – agora para corte)

4.1. Módulo 1 – SÊMEN Melhorador

- Entrega de doses subsidiadas de touros PO avaliados (ABCZ/PMGZ)
- Requisitos do produtor: IATF funcional, botijão, aplicador, cadastro RENAGRO
- Relatórios obrigatórios de prenhez e nascimento
- Meta inicial: 100.000 inseminações anuais

4.2. Módulo 2 – Embriões/FIV/TE

- Chamamento público para associações, sindicatos e cooperativas
- Contrapartida mínima: 20% (modelo leite adaptado)
- Novilhas receptoras com avaliação sanitária obrigatória
- Meta inicial: 5.000 FIV/ano aumentando escalonadamente

4.3. Módulo 3 – Novilhas Prenhes Melhoradas

- Entrega em duplas: 1 do Estado + 1 adquirida pela cooperativa/produtor
- 100% contrapartida (espelho da estratégia leiteira)
- Controle de rastreabilidade e registro genealógico

5. Assistência Técnica e Extensão Rural (o coração do programa)

Baseado na conclusão da 6ª e 8ª reunião: genética sem manejo não expressa.

Portanto:

- Empaer, Senar e SEAF como **eixo triplo de assistência**
- Meta de contratação ou ampliação para **+18 veterinários e +10 zootecnistas**
- Visitas obrigatórias pré-implantação de embriões e pós-nascimento
- Inclusão de **nutrição, pastagem, sanidade, gestão e ultrassonografia**
- Seleção contínua com descarte orientado — genética é filtragem

6. Ultrassonografia de Carcaça (USG) – eixo de seleção objetiva

A ultrassonografia será ferramenta oficial do programa.

Indicadores obrigatórios:

- AOL – Área de Olho de Lombo

- P8 – Gordura subcutânea precocidade
- EGS – Espessura de gordura
- Marmoreio – Qualidade e valor agregado

Isso reduz intervalos de geração, transforma seleção visual em seleção científica e encurta em décadas o progresso genético do estado.

7. Financiamento

Fontes possíveis:

- FUNDAF (Fundo Agricultura Familiar)
- Emendas parlamentares estruturantes
- Parcerias com frigoríficos (integração de prêmios por qualidade)
- Convênios com MAPA, Embrapa, ABCZ, Senar, Sebrae, prefeituras
- Créditos verdes: ABC+, Plano Safra, ILPF, Renovagro

O programa deve ser autossustentável, via aumento de produtividade e retorno tributário.

8. Governança, Transparência e Indicadores (KPIs)

Indicador	Monitoramento
Prenhez (% média por ciclo) por módulo e por região	
Intervalo geração	meta reduzir 30% em 5 anos
Arrobas/ha/ano	meta +25% em 10 anos
Idade média de abate	meta $\leq$ 24 meses
Rendimentos e marmoreio	meta elevar padrão estadual
Inclusão produtiva	nº de pequenos e médios atendidos

9. Meta de Impacto em 10 Anos

- Mato Grosso líder nacional em melhoramento genético para corte
- Rendimento de carcaça superior ao atual padrão
- 1 milhão de matrizes inseminadas via programa

- Taxa de prenhez superior a 55% na média estadual
- Aumento substancial de marmoreio e precocidade

10.2 – Evento Nacional de Genética de Corte

Realizar um evento de abrangência nacional de melhoramento genético da pecuária de corte, a ExpoGenética Mato Grosso. A ExpoGenética Mato Grosso representa uma das ações estruturantes mais relevantes decorrentes dos trabalhos da Câmara Setorial Temática de Políticas Públicas para o Melhoramento Genético de Raças Zebuínas no Estado de Mato Grosso.

Mais do que um evento, a ExpoGenética nasce como uma agenda estratégica de Estado,



alinhada à necessidade de consolidar políticas públicas, promover inovação tecnológica e posicionar Mato Grosso como referência nacional e internacional em genética zebuína.

Inspirada no modelo consagrado da Expogenética da ABCZ, em Uberaba, a ExpoGenética Mato Grosso foi concebida para dialogar diretamente com a realidade produtiva, territorial e econômica mato-grossense, reconhecendo a grandeza do seu rebanho, a diversidade de seus produtores e o papel central da raça Nelore na sustentação da pecuária de corte brasileira. O evento se propõe a ser o principal encontro técnico, científico, institucional e comercial da genética bovina no Estado, reunindo criadores, pesquisadores, empresas, instituições públicas e privadas, além de produtores de todos os portes.

Ao longo de cinco dias, no Parque de Exposições Senador Jonas Pinheiro, em Cuiabá, a ExpoGenética Mato Grosso deverá consolidar-se como um ambiente de convergência entre ciência, mercado e políticas públicas, estimulando o uso de tecnologias, genômica, avaliações de desempenho e ferramentas modernas de seleção genética. Trata-se de criar um espaço permanente de demonstração prática de que o investimento em genética é um dos caminhos mais eficazes para aumentar produtividade, qualidade da carne, eficiência ambiental e renda no campo.

Do ponto de vista institucional, o evento cumpre um papel estratégico ao fortalecer a raça Nelore Mato Grosso, ampliando sua visibilidade nacional e internacional, e ao posicionar Cuiabá como a capital da genética zebuína do Centro-Oeste. Ao promover julgamentos técnicos, exposições de animais superiores, painéis especializados, leilões de alto valor genético e uma ampla feira de negócios, a ExpoGenética Mato Grosso estimula não apenas a geração de negócios, mas também a circulação de conhecimento e a integração entre os diversos elos da cadeia produtiva.

A ExpoGenética Mato Grosso também se afirma como um instrumento de política pública indutora, ao criar um ambiente favorável para o diálogo entre o setor produtivo e o poder público. Ao reunir Governo do Estado, Assembleia Legislativa, entidades representativas, instituições de pesquisa, universidades e agentes financeiros e, principalmente os produtores, o evento se consolida como um espaço legítimo para a formulação, avaliação e aprimoramento de programas voltados ao melhoramento genético, à assistência técnica, ao acesso a crédito e à inclusão produtiva de pequenos e médios produtores.

Outro aspecto fundamental é seu caráter permanente e estruturante. A ExpoGenética Mato Grosso não se limita a uma edição isolada, mas se projeta como uma marca institucional contínua, capaz de estabelecer uma agenda anual de debates, negócios e inovação, reforçando o compromisso de Mato Grosso com uma pecuária moderna, sustentável e competitiva. Ao mesmo tempo, promove a valorização social da atividade pecuária, aproximando a sociedade urbana do campo e evidenciando o papel do produtor rural no desenvolvimento econômico, na segurança alimentar e na preservação ambiental.

Assim, a ExpoGenética Mato Grosso materializa, de forma concreta, os objetivos da Câmara Setorial Temática: transformar diagnósticos em ações, debates em entregas e propostas em políticas públicas. Trata-se de um chamado coletivo para que Mato Grosso assuma, de maneira definitiva, o protagonismo que já exerce na prática, liderando o futuro da genética zebuína e da produção de carne de qualidade para o Brasil e para o mundo.

ANEXO

EXPOGENÉTICA MATO GROSSO

PROJETO OFICIAL

EXPOGENÉTICA *Mato Grosso*

**A FORÇA DA
GENÉTICA QUE
MOVE O REBANHO
DO BRASIL.**

REALIZAÇÃO

Associação dos Criadores de Nelore de Mato Grosso
Nelore MT (ACNMT)

LOCAL

Parque de Exposições Senador Jonas Pinheiro - Cuiabá MT



NELORE MATO GROSSO

OBJETIVOS PRINCIPAIS



Consolidar a marca Nelore MT como referência nacional em melhoramento genético.



Estimular o uso de biotecnologia, genômica e avaliações de desempenho.



Promover negócios e leilões de alto valor genético.



Gerar debate técnico, integração e visibilidade institucional.



Criar uma agenda anual que fortaleça Cuiabá como capital da genética zebuína do Centro-Oeste.

NELORE MATO GROSSO

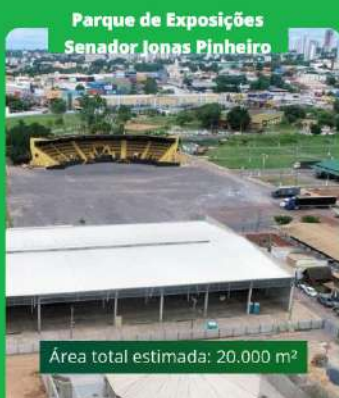
ORÇAMENTO ESTIMADO

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	VALOR ESTIMADO (R\$)
Infraestrutura	Montagem de pavilhões, arquibancadas, energia, banheiros, segurança, limpeza	R\$ 1.450.000,00
Comunicação e Marketing	Identidade visual, vídeos, mídia em TV, rádios, redes sociais, site, placas e sinalização	R\$ 720.000,00
Leilões e Julgamentos	Montagem de pista, equipe técnica, sonorização, transmissão e premiações	R\$ 2.180.000,00
Eventos Técnicos	Painéis, palestrantes, coffee breaks e auditório	R\$ 80.000,00
Hospitalidade e Alimentação	Espaço VIP, praça de alimentação e credenciais	R\$ 70.000,00
Equipe e Produção	Coordenação, cerimonial, staff e segurança privada	R\$ 200.000,00
Contingência / Reserva Técnica (10%)	Margem para imprevistos e logística adicional	R\$ 300.000,00
TOTAL ESTIMADO:		R\$ 5.000.000,00

PROJEÇÃO DE ARRECADAÇÃO
R\$ 5 milhões

NELORE MATO GROSSO

PLANTA SUGERIDA DO EVENTO



ENTRADA DO EVENTO

- 1. Praça de Recepção / Credenciamento**
- 2. Pavilhão de Exposição de Animais**
Box de Reprodutores Nelore
Box de Matrizes e Jovens
- 3. Arena de Julgamento**
Arquibancada e área de transmissão
- 4. Espaço Leilões e Negócios**
Palco / Lounge VIP / Área de transmissão TV
- 5. Pavilhão Técnico**
Auditório para 300 pessoas
Painéis e workshops
- 6. Feira de Negócios**
Estandes de empresas e instituições
- 7. Praça de Alimentação e Espaço Família**
- 8. Área de Manejo / Estacionamento / Acesso Caminhões**

Opicional: o evento pode ser estendido ao Centro de Eventos do Pantanal caso haja parceria com o Governo do Estado.

PARCEIROS E PATROCINADORES

INSTITUCIONAIS

Famato
Acrimat
SENAR-MT
SEBRAE
FIEMT
Prefeitura de Cuiabá
Governo do Estado de MT

TÉCNICOS

ABCZ
Embrapa
Geneplus
ANCP
UFMT

EMPRESAS

Matsuda
CRV Lagoa
Alta Genetics
MSD
Zoetis
Sicredi
Banco do Brasil
Agro Amazônia
Real H
JBS

NELORE MATO GROSSO

COMUNICAÇÃO E MÍDIA

COBERTURA OFICIAL

Programas do Agro
Transmissão MT

PLATAFORMAS

Redes sociais da Nelore MT
Youtube
Site
Parceiros de imprensa agro

CONTEÚDO AUDIOVISUAL

Vídeos de bastidores
Entrevistas
Chamadas Comerciais
Pílulas técnicas



NELORE MATO GROSSO

RESULTADOS ESPERADOS

+10mil
VISITANTES
em 5 dias de evento

200
EXPOSITORES
e criadores participantes

R\$30M
NEGÓCIOS
diretos e indiretos

PROJEÇÃO DE
Cuiabá
como novo polo nacional da
genética zebuína

NELORE MATO GROSSO

EXPOGENÉTICA *Mato Grosso*

Será o grande palco da genética e do progresso da pecuária do Centro-Oeste, liderado pela Nelore MT.

Mais que um evento, é uma marca institucional permanente, que reforça a força da raça Nelore e o papel de Mato Grosso como protagonista na produção de carne de qualidade para o Brasil e o mundo.



NELORE MATO GROSSO


nelore
Mato Grosso

ANEXO

ATO Nº 006/2025/SSL/ALMT

ATO Nº 006/2025/SSL/ALMT.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 35, § 1º, V, do Regimento Interno, combinado com dispositivos da Lei nº 10.825, de 5 de fevereiro de 2019, e em virtude da aprovação do Requerimento nº 96/2025, de autoria do Deputado Dr. João, cria a Câmara Setorial Temática com objetivo de estudar e discutir Políticas Públicas para a Melhoria da Genética na Criação de Zebuínos no âmbito do Estado de Mato Grosso, pelo prazo de cento e oitenta dias, prorrogável por igual período, e designa como componentes os Senhores e as Senhoras:

FUNÇÕES	NOMES
---------	-------



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

Terça-feira, 11 de Março de 2025 • ANO X | Nº 1774



Presidente	José Esteves de Lacerda Filho;
Relator	Alexandre El Hage;
Secretária	Jociani Gonçalves de Oliveira;
Membros	Marcos Carvalho;
	Francisco Manzi;
	Juliano Latorraca Ponce;
	Celso Nogueira;
	Rayane Lage Cordeiro;
	Carlos Bolzan;
	Leôncio Pinheiro da Silva Filho;
	Salvador Santos Pinto;
	Olímpio Riso de Brito;
	Xisto Bueno;
	Ida Beatriz Machado.

Assembleia Legislativa do Estado, em Cuiabá, 6 de março de 2025.

Deputado **MAX RUSSI**

Presidente

ANEXO

REQUERIMIENTO N° 96/2025



ALMT
Assembleia Legislativa

nelore
Mato Grosso

CONTRIBUIRAM:

